



ENTREVISTA

A nova legislação trabalhista deverá fundar um "novo marco" para as relações entre empresas e seus empregados, na visão de Sylvia Lorena, gerente executiva de Relações do Trabalho da CNI

INVESTIMENTO

CRÉDITO DE LONGO PRAZO FICARÁ (MUITO) MAIS CARO

CATALÃO

PESQUISA MOSTRA QUE METADE DAS EMPRESAS PLANEJA INVESTIR



Goiás

ANO 65 / Nº 279 / DEZEMBRO 2017

Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS



A RECESSÃO ACABOU.

Mas a crise ainda não foi embora

ECONOMIA EXPERIMENTA UMA DAS MAIS LENTAS SAÍDAS DE UM PERÍODO RECESSIVO EM SUA HISTÓRIA RECENTE E AS PREVISÕES, SUJEITAS A ABALOS PELO LADO DA POLÍTICA, INDICAM ELEVÇÃO AINDA MODESTA PARA 2018

INDÚSTRIA OS DESAFIOS PARA QUE O SETOR CONTINUE A CRESCER

A saúde de sua empresa é o nosso foco.

Isso é Sesi-Saúde e Segurança no Trabalho

A saúde de sua equipe revela como vai seu negócio. Por isso, o Sesi oferece soluções destinadas a proporcionar um ambiente de trabalho mais seguro e produtivo, promovendo qualidade de vida e cumprindo as exigências legais. A ação promove a redução dos afastamentos do trabalho e garante mais saúde e bem-estar aos trabalhadores.

O trabalho da equipe multidisciplinar do Sesi confere tranquilidade à sua empresa e confiança junto aos órgãos fiscalizadores. É isso que sua empresa precisa para sair bem na foto.

Serviços:

- ✓ Programas Legais (PPRA, PCMSO, PCMAT)
- ✓ Consultas Ocupacionais com Emissão de ASO (Atestado de Saúde Ocupacional)
- ✓ Exames Laboratoriais

- ✓ Laudos Técnicos
- ✓ Avaliação de Agentes Físicos e Químicos
- ✓ Cursos e Palestras sobre Saúde e Segurança do Trabalho
- ✓ Gestão do Absenteísmo/FAP/NTEAP

www.sesigo.org.br

Goiânia:
4002 6213

Demais Localidades:
0800 642 1313



Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 279 / DEZEMBRO 2017

COMÉRCIO EXTERIOR

9 / O 5º Encontro Internacional de Comércio Exterior (Eice) reuniu em Goiânia cerca de duas centenas de empresas, 14 representações de embaixadas e cinco embaixadores da América Latina e da região do Caribe. Compradores em potencial das Américas Central e do Sul, da Europa e África e 40 empresas goianas dos setores de alimentos, bebidas e cosméticos realizaram 144 reuniões, com perspectiva de geração de negócios.

ENTREVISTA / REFORMA TRABALHISTA

10 / Sylvania Lorena, gerente executiva de Relações do Trabalho da CNI, fala à Goiás Industrial sobre desafios e avanços da legislação, em vigor desde 11 de novembro, que mudou a CLT. Para ela, a reforma trará maior aproximação entre empresas e empregados, permitindo que as duas partes "possam ajustar condições de trabalho específicas".



Alex Malheiros

REFORMA TRABALHISTA

16 / Sindicatos da indústria planejam estratégias para atrair novos associados, gerar novas fontes de receita e adequar-se à nova lei trabalhista.

SEGURANÇA NO TRABALHO

40 / Senai Goiás sai na frente e cria consultoria para ajudar indústrias a se ajustarem às mudanças na Norma Regulamentadora (NR-12).

A RECESSÃO ACABOU.

Mas a crise ainda não foi embora



CAPA

20 / O Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace) concluiu que a recessão chegou ao fim no quarto trimestre de 2016. Mas a economia ainda derrapa e apresenta uma das mais lentas saídas de crise em sua história recente. Turbulências, sobretudo na política, tornam ainda muito nebulosas as perspectivas para este e o próximo ano.

OPINIÃO

5 / De olho em 2018, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, sustenta, no artigo Otimismo sustentável, que "se não alcançamos o melhor dos mundos, certamente temos bem mais motivos para otimismo em meio à severa crise econômica que atingiu o Brasil."



Murilo Malitos / Green Pixel

CATALÃO

35 / Pesquisa realizada pela Fieg e IEL Goiás mostra que metade das empresas do polo industrial tem planos de investimento para o próximo ano.

Foto: Colheita de cana-de-açúcar na Usina SJC Bionergia, em Quirinópolis (GO), por Weimer Carvalho, de O Popular, 1º lugar no **13º Prêmio Sistema Fieg de Comunicação**, encerrado dia 25 de novembro, em confraternização com a imprensa no Sesi Clube Ferreira Pacheco. Além dele, foram vencedores trabalhos jornalísticos de José Eurípedes de Faria (jornal O Hoje), na categoria Fotojornalismo; Katherine Alexandria (O Popular) e Mayone Pires de Melo (O Hoje), em Jornalismo Impresso; Luiz Geraldo (CBN Goiânia) e Giovanna Lopes (730 AM), em Radiojornalismo; Fábio Castro (TV Anhanguera) e Camilla Teixeira e Silva Guimarães (TBC), em Telejornalismo.

INVESTIMENTOS

27 / A troca da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), mais baixa, pela Taxa de Longo Prazo (TLP), mais alta e amarrada ao título do Tesouro Nacional com prazo de cinco anos, vai encarecer o crédito para investimentos no País. Se estivesse em vigor entre 2006 e 2016, o financiamento de longo prazo teria sido 58,5% mais caro.

INDÚSTRIA

30 / Impulsionada pelo crescimento do mercado interno e pela urbanização acelerada, especialmente até os anos 1960 e 1970, e mais tarde pelas políticas de incentivo, a indústria goiana ganhou músculos, mas agora enfrenta outra sorte de desafios. É o que mostra o economista Marcos Arriel, em tese de doutorado.



SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira
Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Pedro Alves de Oliveira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves
Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretora: Sônia Rezende (interina)
Superintendente: Almir Blesio (interino)

Diretores

Sandro Antônio Scodro Mabel
Otávio Lage de Siqueira Filho
José Nivaldo de Oliveira
Jaime Canedo
Pedro Silvério Pereira
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
João Essado
Elvis Roberson Pinto
Sílvio Inácio da Silva
Eliton Rodrigues Fernandes
Olympio José Abrão
Carlos Roberto Viana
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
José Antônio Vitti
José Luiz Martin Abuli
Wellington Soares Carrijo
Álvaro Otávio Dantas Maia
Jair Rizzi
Robson Peixoto Braga
Edilson Borges de Souza
José Divino Arruda
Domingos Sávio Gomes de Oliveira
Eduardo Cunha Zuppani
Mário Renato Guimarães de Azeredo
Emílio Carlos Bittar
Antônio Benedito dos Santos
Leopoldo Moreira Neto

Conselho fiscal

Célio Eustáquio de Moura
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Orizomar Araújo Siqueira

Conselho de representantes junto à CNI

Pedro Alves de Oliveira
Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Ailton Aires Mesquita
Alexandre Araújo Moura
Alexandre Baldy de Sant'anna Braga
Álvaro Otávio Dantas Maia
Alyson José Nogueira
Antônio Alves de Deus
Antônio Benedito dos Santos
Antônio Humberto Alves de Sousa
Bruno Franco Beraldi Coelho
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos Roberto Viana
Célio Eustáquio de Moura
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eliton Rodrigues Fernandes
Elvis Roberson Pinto
Enoque Pimentel do Nascimento
Emílio Carlos Bittar
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Santana Rassi
Gilberto Martins da Costa
Hélio Naves
Heitor de Oliveira Nato Neto
Heribaldo Egídio
Ian Moreira Silva
Jaime Canedo
Jair José de Alcântara
Jair Rizzi
Jaques Jamil Silvério
Jerônimo David de Sousa
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Joana D'Arc da Silva
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Divino Arruda
José Luiz Martin Abuli
José Magno Pato
José Romualdo Maranhão
Laerte Simão
Leopoldo Moreira Neto
Lúcio Monteiro dos Santos
Luiz Antônio Gonçalves Fidelis
Luiz Antônio Vessani
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Rézio
Marcelo de Freitas Barbosa
Marley Antônio Rocha
Olavo Martins Barros
Otávio Lage de Siqueira Filho
Paulo Lobo de Araújo Júnior
Paulo Sérgio de Carvalho Castro
Pedro Alves de Oliveira
Pedro de Souza Cunha Júnior
Plínio Boechat Lopes
Roberto Elias de Lima Fernandes
Robson Peixoto Braga

Sandro Antônio Scodro Mabel
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Presidente: Heribaldo Egídio

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Pedro Silvério Pereira

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente: Célio Eustáquio de Moura

Conselho Temático de Relações do Trabalho

Presidente: Olympio José Abrão

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente: Jaime Canedo

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente: Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente: Thais Aparecida Santos

Câmara Setorial de Mineração

Presidente: Wilson Borges

Câmara Setorial da Indústria da Construção

Presidente: Sarkis Nabi Curi

Câmara Setorial de Alimentos e Bebidas (Casa)

Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel

Rede Metrológica

Presidente: Melquiades da Cunha Neto

DIRETORIA DA FIEG (2015-2018)

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

1º Vice-presidente: Wilson de Oliveira

2º Vice-presidente: Antônio de Sousa Almeida

3º Vice-presidente: Gilberto Martins da Costa

1º Diretor Secretário: Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

2º Diretor Secretário: Heribaldo Egídio

1º Diretor Financeiro: André Luiz Baptista Lins Rocha

2º Diretor Financeiro: Hélio Naves

EXPEDIENTE

Goias Industrial
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo
Geraldo Neto

Edição

Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem

Andeláide Lima, Célia Oliveira, Daniela Ribeiro e Janaina Staciari e Corrêa

Colaboração

Wellington da Silva Vieira
Adriana Moreno

Fotografia
Alex Malheiros

Projeto gráfico
Jorge Del Bianco

Capa, ilustrações, diagramação e produção
Jorge Del Bianco

DC Design Gráfico e Comunicação

Impressão

Gráfica Kelps

Departamento Comercial
(62) 3219-1720

Redação e correspondência

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62) 3229-2975

Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista



Otimismo sustentável

Às vésperas da virada de 2016/17, no artigo **Para ter um Feliz Ano Novo**, neste mesmo espaço, dizíamos o seguinte: “Se 2016 termina como ano para se esquecer, 2017 amanhece com perspectivas de confirmar o provérbio de que, depois da tempestade, vem a bonança. Ou, pelo menos, há no horizonte sinais de que o mar estará, no ano vindouro, mais favorável à navegação, permitindo vislumbrar o início da sonhada retomada do crescimento econômico, freio à bancarrota de empresas País afora e ao desemprego. Afinal, estamos diante de números assustadores: 130 mil empresas fechadas e 12 milhões de empregos pulverizados.”

Agora, esperando 2018 chegar, se não alcançamos o melhor dos mundos, certamente temos bem mais motivos para otimismo em meio à severa crise econômica que atingiu o Brasil, mas que tem seus malefícios aos poucos sendo debelados. A rigor, a economia parou de cair e já não estamos mais em recessão, como reconhece o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), na reportagem de capa desta edição da **Goiás Industrial**. Embora timidamente, o mercado de trabalho se recupera e enfrenta as estatísticas que chegaram ao patamar de 13 milhões de pessoas sem emprego, mesmo que com forte contribuição de atividades informais e por conta própria.

A queda da taxa básica de juros pela metade trará benefícios a médio prazo ao mercado, assim como a inflação mais baixa, ao impulsionar a renda.

Em 2017, mesmo a trancos e barrancos, em razão dos reflexos da crise política no ambiente de negócios, houve avanços significativos – históricos até –, com a aprovação da reforma trabalhista que moderniza legislação de mais de 70 anos, a terceirização, que desengessa o mercado de trabalho, ambas trazendo a expectativa de crescimento econômico e aumento na geração de empregos e renda. Igualmente relevante foi a entrada em vigor da PEC do

“Agora, esperando 2018 chegar, se não alcançamos o melhor dos mundos, certamente temos bem mais motivos para otimismo em meio à severa crise econômica que atingiu o Brasil, mas que tem seus malefícios aos poucos sendo debelados.”

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e do Conselho Deliberativo do Sebrae Goiás

teto dos gastos públicos, essencial para o reequilíbrio das contas do governo.

Afinal, são essas mudanças que faltavam no País, em meio ao avanço da tecnologia que ampliou o leque de profissões e atividades, entre as que surgiram ou se reinventaram, revolucionando a forma de se produzir, de trabalhar e de se comunicar. Ou seja, faltava a legislação se modernizar. Agora, porém, o trabalho contemporâneo terá lugar na legislação brasileira. Sem reduzir ou eliminar os direitos básicos do trabalhador, a nova lei prestigia o diálogo entre empresa e empregado para que, de comum acordo, definam condições e rotinas de trabalho que sejam mutuamente benéficas.

Há, por fim, a perspectiva de avanço da reforma da Previdência, inadiável e indispensável para sua adequação ao novo perfil da população brasileira, que envelhece muito rapidamente, para garantir o equilíbrio das contas do sistema e assegurar o pagamento das aposentadorias e pensões para todos os trabalhadores. Entre os vários pontos, é salutar a equiparação dos servidores públicos aos empregados da iniciativa privada. Em resumo, a reforma é outro fator decisivo para o crescimento da economia. ■

ACADEMIA NO TRABALHO / Parceira do Sesi em diversas ações voltadas à saúde e qualidade de vida de seus colaboradores, a Cooperativa Mista dos Produtores de Leite de Morrinhos (Complem) inaugurou, no dia 27 de outubro, o Centro Sesi de Readaptação Profissional e Fortalecimento Muscular, completa estrutura em equipamentos e profissionais de educação física onde serão atendidos 540 trabalhadores. Além de atividades comuns a uma academia, como musculação, hidroginástica e natação, o novo espaço irá promover a reinserção do trabalhador afastado por motivos de saúde. A inauguração (foto) contou com presença do superintendente do Sesi, Paulo Vargas, do presidente Complem, Euclécio Dionízio de Mendonça, do presidente do Sindileite, Joaquim Guilherme Barbosa de Souza, entre outros.

Fotos: Alex Malheiros



SENAI E IEL, OS MAIS LEMBRADOS

/ Em festa no Centro de Eventos da Universidade Federal de Goiás (UFG), o Senai e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) receberam, no dia 26 de outubro, troféus como marcas mais lembradas, respectivamente, nos segmentos Curso Profissionalizante e Entidades de Encaminhamento de Estágio em Goiânia, segundo a pesquisa Pop List, do jornal O POPULAR. Na 25ª edição, a promoção premiou 56 empresas em 61 segmentos. Realizado anualmente pelo Instituto Verus, o estudo de mercado mede o grau de fixação na mente do consumidor das marcas de produtos e empresas de diversos segmentos econômicos. Com a conquista, as instituições do Sistema Fieg consolidam a liderança no ranking – o Senai, com 21,5% de share of mind, marca presença pelo 10º ano consecutivo na pesquisa e o IEL, com 14,0%, pela 5ª vez. O Senai já havia garantido, este ano, o 1º lugar no Pop List também em Rio Verde, pela 8ª vez.





AÇÚCAR / O presidente da Fiegl, Pedro Alves de Oliveira, cumprimenta Otávio Lage de Siqueira Filho, diretor-presidente do Grupo Jalles Machado, durante a inauguração, em Goianésia, dia 11 de outubro, da Fábrica de Açúcar Segundo Braios Martinez. Um investimento de R\$ 80 milhões, por meio de financiamento do BNDES, a nova planta industrial tem capacidade para produzir até 140 mil toneladas de açúcar por ano e deve gerar 100 empregos diretos, que se somarão aos 3,5 mil postos nas duas unidades em Goianésia. A outra é a unidade Jalles Machado, que produz etanol, açúcar, levedura, saneantes e energia elétrica.



NEGÓCIOS TECNOLÓGICOS / A Fiegl realizou no dia 31 de outubro, na Casa da Indústria, a 2ª Mostra de Tecnologia para Negócios, que reuniu empresários e universidades de campos variados, como engenharia, cosméticos, alimentos e bebidas, medicamentos e outras áreas, para discutir vantagens e possibilidades de inovação do setor tecnológico. Os participantes assistiram a palestras, com temas como Indústria 4.0, Estratégias e Instrumentos de Apoio à Inovação Ciclos Permanentes de Reinvenção do Negócio. Houve ainda balcões de negócios com oferta de soluções tecnológicas para as empresas e apresentações de pesquisas e experiências das universidades.

PÓDIO VERDE E AMARELO / O Brasil se mantém na elite da educação profissional do mundo. Com um total de 34.901 pontos, o País ficou em 2º lugar geral na maior competição de profissões técnicas do planeta, a WorldSkills. Os russos foram os campeões, com 35.461 pontos. Entre os dias 15 e 18 de outubro, mais de 1.200 jovens de 68 países competiram em 52 ocupações do setor industrial e de serviços em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. A delegação brasileira foi composta por 56 competidores, 51 alunos e ex-alunos do Senai e 5 do Senac, que disputaram em 50 ocupações. Na edição anterior da WorldSkills, em 2015, em São Paulo, o País ficou em primeiro lugar.



Jose Paulo LACERDA (CNI)

“Resultado em Abu Dhabi reforça a excelência do Senai e mantém o Brasil na elite da educação profissional.”

Pedro Alves de Oliveira, que acompanhou a delegação brasileira vice-campeã na WorldSkills (foto), copa do mundo das profissões técnicas, disputada em Abu Dhabi, onde também participou do 1º Encontro Brasil-Emirados Árabes Unidos.

Fotos: Cristiano Borges

LOJA CONCEITO DA M.POLLO MARCA ENTRADA DO GRUPO MPL NO VAREJO /

Case de sucesso no segmento de confecções, a indústria M.Pollo começa por Goiânia incursão direta no varejo, ao inaugurar, em outubro, no Flamboyant Shopping Center, sua primeira loja conceito – espaço para sessões

de autógrafos, pocket shows e até um bar. A marca de moda masculina do Grupo MPL, com três unidades em Aparecida e uma no Paraná, também investiu na ampliação do parque fabril, com foco no e-commerce, aberto em novembro, e prevê ainda o lançamento de mais duas lojas em 2018 e a adoção do franchising a partir de 2019. A ideia é chegar a 2025 com cem franquias. A matriz do Grupo MPL, em Aparecida, é responsável pela confecção de mais de 2 milhões de peças/ano, com o símbolo do Besouro, Paco e Paco Kids. A companhia, fundada em 1992 por Marco Aurélio Martins e Paulo Lobo Júnior, em um pequeno prédio de 70 m² em Goiânia, hoje conta com mais de 20 mil m² de área construída.



■ Paulo Lobo de Araújo Jr, André Ribeiro, gerente nacional de vendas, e Marco Aurélio Martins inauguram loja conceito da M.Pollo no Flamboyant Shopping Center



Fotos: Alex Mathferros

PARCERIA FIEG-PUC POTENCIALIZA ESTÁGIO NA CONSTRUÇÃO /

A Fieg e a PUC Goiás lançaram, dia 30 de outubro, na Casa da Indústria, o Projeto Aprimore, destinado a incentivar a criação de vagas de estágios regulares e estágios de férias para estudantes dos cursos de engenharia. A iniciativa envolve parceria entre a Câmara da Indústria da Construção (CIC) da Federação, a Escola de Engenharia da Universidade e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), firmada com presença do reitor da PUC Goiás, Wolmir Amado, e da pró-reitora Milca Severino Pereira.

PRÊMIO AOS MAIS PRODUTIVOS / Na Casa da Indústria, o diretor-superintendente do Sebrae Goiás, Igor Montenegro, entrega ao empresário Nilo de Passos, da Nativa Alimentos, troféu conquistado pela indústria, uma das três vencedoras do 1º Prêmio Senai de Produtividade. Destinada a reconhecer os cases de sucesso de indústrias atendidas pelo Brasil Mais Produtivo, programa do governo executado desde o ano passado pela instituição, a iniciativa destacou ainda a indústria de calçados Goyazes e a Tecmarques, além de consultores dos Institutos Senai de Tecnologia em Automação Industrial e de Alimentos e Bebidas, em Goiânia. Na ocasião, Montenegro anunciou aporte de R\$ 1,5 milhão na 2ª fase do Programa Brasil Mais Produtivo, que será focada nas áreas de tecnologia e inovação.



Novos negócios a caminho

Quinta edição do Encontro Internacional de Comércio Exterior reúne 250 participantes, entre embaixadores, empresas estrangeiras e goianas

Em balanço preliminar, em torno de duas centenas de empresas, 14 representações de embaixadas e cinco embaixadores da América Latina e da região do Caribe participaram ativamente do 5º Encontro Internacional de Comércio Exterior (Eice), promovido no início de novembro pela Fieg, por meio de seu Conselho Temático de Comércio Exterior (CTComex) e Centro Internacional de Negócios (CIN), e pelo Sebrae Goiás. Rodada de negócios realizada no mesmo dia colocou frente a frente nove compradores em potencial das Américas Central e do Sul, da Europa e África e 40 empresas goianas dos setores de alimentos, bebidas e cosméticos, que protagonizaram 144 reuniões, com perspectiva de bater o martelo nos próximos meses.

Com apoio ainda da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Apex Brasil, do governo do Estado e dos Correios, o encontro faz parte da estratégia desenhada pela Fieg para estimular e capacitar as empresas goianas a literalmente abrir novas fronteiras, acumulando competência para internacionalizar seus negócios.

“A Fieg busca incentivar os empresários de Goiás a ir atrás de parcerias e oportunidades além de nossas fronteiras”, afirma Pedro Alves de Oliveira, presidente da federação. Para isso, a Fieg e o CIN oferecem serviços de assessoria e consultoria na área internacional, além de articular missões empresariais a outros mercados. Neste ano, destaca Pedro Alves, CIN e Fieg organizaram rodadas de negócios com



Rodada de negócios: 40 empresas goianas, entre elas a AlcaFoods, e nove compradores estrangeiros abrem negociações para futuras operações

países das Américas do Sul, do Norte, da Europa e do Oriente Médio.

Emílio Bittar, presidente do CTCComex, igualmente destaca o esforço desenvolvido para formar competências em comércio exterior e fomentar os negócios internacionais de forma a ampliar a base exportadora do Estado. “Nos últimos dois anos de crise, empresas com participação no comércio global conseguiram sustentar seus negócios”, diz ele. Mas para que esse processo seja ampliado, defende Bittar, a política cambial deve buscar um mínimo de estabilidade, desestimulando “variações absurdas” do câmbio que acabam torpedeando qualquer tentativa de incrementar a internacionalização das empresas.

Oportunidade paraguaia

Resultado da Missão Comercial ao Cone Sul, realizada pelo governo de Goiás em setembro deste ano, a Fieg realizou, em outubro, o Seminário Paraguai Parceria Estratégica para a Competitividade da Indústria Goiana. O diretor de Promoção de Investimentos do país vizinho, Carlos

Paredes Astigarraga, falou das facilidades oferecidas para investimentos. “Temos uma plataforma fantástica para oferecer a outros mercados do mundo. O Paraguai é campeão em custos baixos e uma plataforma para empresas que desejem exportar”, ressaltou Astigarraga.

Para o presidente da Fieg, Pedro Alves, investir no Paraguai é uma forma de expandir os negócios goianos para o mundo. “Uma empresa pode colocar um pé lá e outro aqui, o que vai facilitar o intercâmbio comercial com os Estados Unidos e com outros países. Não queremos que as indústrias daqui vão para lá, mas que haja o aproveitamento de oportunidades”, destacou.

Posteriormente, o embaixador do Paraguai no Brasil, Manuel María Cáceres, foi recebido, dia 16 de novembro, na Casa da Indústria, em encontro para tratar de possibilidades de intercâmbio comercial, principalmente nos setores têxtil, calçadista e de alimentos, além do avanço do eixo rodoviário que liga o Centro-Oeste brasileiro ao Paraguai, Chile e à Argentina. ■

O novo MARCO

A lei trabalhista que entrou em vigor no dia 11 de novembro define um “novo marco” para as relações entre empregados e empresas, segundo Sylvia Lorena, gerente executiva de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Nesta entrevista à **Goiás Industrial**, ela destaca os principais pontos da legislação, mostra que os sindicatos da indústria já se preparam para ajudar as empresas a operar sob esse novo marco e considera que a lei deverá fortalecer a estrutura sindical no País. Além da prevalência do negociado sobre o legislado, Sylvia destaca a regulamentação de contratos que já existiam na prática, mas não tinham abrigo na legislação, a exemplo do teletrabalho e do trabalho intermitente, bem como o novo tratamento dado ao trabalho em tempo parcial. “Ela ampliou também o espaço para negociação individual, ou seja, para aqueles trabalhadores que percebam mais do que dois salários acima do teto e tenham nível superior. Ampliou o espaço para negociação direta com seu empregador”. A seu ver, “o grande mérito dessa lei é que, como ela tem como alicerce a aproximação do trabalhador e da empresa, vai permitir que, juntos, possam ajustar condições de trabalho específicas”.

Goiás Industrial – De que forma os sindicatos e a indústria em geral estão se preparando ou deveriam estar se preparando para a nova legislação trabalhista, que entra em vigor em novembro?

Sylvia Lorena – A lei que entra em vigor no dia 11 de novembro sem dúvida é de fato um novo marco para as relações do trabalho. Acho que os sindicatos estão se preparando e esse momento, entre a publicação da lei até sua data de entrada em vigor, foi importante exatamente para dar esse espaço para as empresas, para os sindicatos, para os trabalhadores conhecerem a nova legislação. Acredito que os sindicatos, especialmente os da indústria, estão fazendo isso, conhecendo (a lei) e passando informações corretas, especialmente para poder ajudar as empresas em relação a esse novo marco.

Goiás Industrial – Na visão da CNI, além da preponderância do negociado sobre o legislado, quais as principais mudanças que a reforma trabalhista contempla?

Sylvia Lorena – Acho que o principal foco realmente é o da negociação coletiva, que é esse reconhecimento e valorização da negociação coletiva, trazendo aí a regra de que o negociado vale sobre o legislado pelo período que foi combinado e nos termos acertados entre as partes, observando as balizas da própria lei. Mas eu acho que também há outros pontos muito positivos, como o fato de que essa lei acaba regulamentando formas de contratos de trabalho que já existiam na prática, mas que não tinham uma regulamentação, a exemplo do teletrabalho, do trabalho intermitente, e deu uma nova regra ao trabalho em tempo parcial, que já estava na lei, mas a legislação atualizou, deu um novo regramento. Ela ►

“O GRANDE MÉRITO DESSA LEI É QUE, COMO ELA TEM COMO ALICERCE A APROXIMAÇÃO DO TRABALHADOR E DA EMPRESA, ELA VAI PERMITIR QUE, JUNTOS, POSSAM AJUSTAR CONDIÇÕES DE TRABALHO ESPECÍFICAS”



ampliou também o espaço para negociação individual, ou seja, para aqueles trabalhadores que percebam mais do que dois salários acima do teto e tenham nível superior. Ampliou o espaço para negociação direta com seu empregador.

Goiás Industrial – Quais impactos isso vai trazer no dia-a-dia da empresa, seja em relação a custos, seja em relação à parte burocrática?

Sylvia Lorena – O grande mérito dessa lei é que, como ela tem como alicerce a aproximação do trabalhador e da empresa, vai permitir que, juntos, possam ajustar condições de trabalho específicas. Isso vai ajudar a empresa a organizar melhor seu processo produtivo, para atender a determinada demanda. Ela é também uma lei mais clara, mais moderna, que traz regras mais objetivas e vai contribuir para maior segurança jurídica. E a segurança jurídica, por sua vez, contribui para um ambiente de negócios mais favorável e isso acaba contribuindo para maior competitividade e para a geração de mais empregos.

Goiás Industrial – Como a CNI avalia essa movimentação de procuradores e juízes do Trabalho que expressam a decisão de não aplicar os dispositivos da nova lei?

Sylvia Lorena – Veja, a lei está posta, a lei está aí e vai entrar em vigor no dia 11 de novembro. Esperamos que ela seja aplicada nos termos em que ela está posta, ou seja, exatamente como está descrito na lei. As divergências são naturais, mas é importante que todos da sociedade, trabalhadores, empresas, os aplicadores do direito, a Justiça do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho busquem aplicar a lei na forma em que ela está posta, na forma em que foi apresentada para que efetivamente seja alcançado o objetivo da lei, que é essa aproximação do trabalhador e da empresa, trazendo maior segurança jurídica, prevenindo e reduzindo conflitos que hoje tramitam na Justiça do Trabalho.

Goiás Industrial – A visão do setor é de que deverá ocorrer redução nesses conflitos, no número de ações trabalhistas?

Sylvia Lorena – A lei tem pontos positivos e traz ferramentas que podem sim contribuir para diminuir os conflitos, quando ela valoriza o diálogo, reconhece que as partes podem negociar condições de trabalho específicas, quando traz a arbitragem, sendo possível, para utilizar no Direito do Trabalho, quando permite que a empresa e o trabalhador possam anualmente fazer



“**ESSA LEI ACABA REGULAMENTANDO FORMAS DE CONTRATOS DE TRABALHO QUE JÁ EXISTIAM NA PRÁTICA, MAS QUE NÃO TINHAM UMA REGULAMENTAÇÃO, A EXEMPLO DO TELETRABALHO, DO TRABALHO INTERMITENTE, E DEU UMA NOVA REGRA PARA O TRABALHO EM TEMPO PARCIAL”**

a quitação de parcelas perante o sindicato. Quanto mais diálogo, quanto mais se trabalha na prevenção de conflitos e quanto mais você tem uma regra clara e objetiva, maiores as chances de você ter menos conflitos. A CNI acredita, sim, que haverá diminuição dos conflitos na área trabalhista com essa nova lei.

Goiás Industrial – Há dispositivos da lei que podem dificultar o acesso à Justiça do Trabalho, como tem sido comentado, por

exemplo, em relação aos custos de sucumbência?

Sylvia Lorena – Não, de jeito nenhum, porque o acesso à Justiça está previsto em dispositivo constitucional. Então, todos têm livre acesso à Justiça. Se se sentiu prejudicado, pode ir à Justiça e pode questionar. Não há nenhum tipo de limitação e não há qualquer tipo de amarra na lei. O que a lei trouxe foram requisitos que já existem em outras justiças, a exemplo dos honorários de sucumbência, a previsão da litigância de má-fé. Ou seja, se eu peço alguma coisa por má-fé, vou ser responsável por isso e poderei pagar ali uma multa. Então, o que a lei fez foi trazer contornos para o processo do trabalho que já existem em outras justiças. Mas em nenhum momento isso significa limitação de acesso do trabalhador à justiça trabalhista.

Goiás Industrial – Em sua coluna no jornal Folha de S.Paulo, o economista Marcos Lisboa questiona se há evidências, hoje, de que trabalhadores que negociam com mais liberdade o contrato de trabalho enfrentam condições piores no emprego. Há estudos a esse respeito?

Sylvia Lorena – Na verdade, temos pesquisas que demonstram que o trabalhador quer ter mais liberdade em suas regras, em suas rotinas de trabalho. A CNI fez uma pesquisa, juntamente com o Ibope, divulgada no início do ano, que mostra que mais de 70% dos trabalhadores querem trabalhar em casa. E mais de 70% dos trabalhadores querem poder facionar suas férias em até três vezes. Então, o que na verdade nós temos são pesquisas que mostram a vontade dos trabalhadores em participar da elaboração das regras que vão reger sua vida laboral.

Goiás Industrial – Apenas para deixar bem claro, há algumas normas que não poderão ser alteradas na negociação coletiva. Quais são esses direitos?

Sylvia Lorena – A lei deixa muito claro que alguns direitos trabalhistas não podem ser objeto de negociação coletiva para reduzir ou suprimir direitos. Esses dispositivos repetem todos os direitos inscritos na Constituição Federal, ou seja, décimo terceiro salário, férias, INSS, licença-maternidade, licença-paternidade, aposentadoria, remuneração do trabalho noturno superior ao do diurno, o adicional das horas extras, entre tantos outros.

Goiás Industrial - Em relação à terceirização, que não está na nova lei trabalhista, mas numa legislação específica, ainda há uma crítica em relação à precarização das relações de trabalho dentro das empresas, especialmente em relação a diferenças salariais entre contratados diretos e terceirizados. Qual a avaliação da CNI em relação a isso, já com esse dispositivo em vigor?

Sylvia Lorena – Acho que a primeira coisa a ser dita é que terceirização não é sinônimo de precarização. Precarização é você ter trabalhadores na informalidade, que não têm sua carteira de trabalho assinada, que não fazem jus aos direitos que estão

arrolados na Constituição, ou na legislação trabalhista, ou nas normas de segurança e saúde do trabalho. Na terceirização, os trabalhadores, terceirizados ou não, são iguais e todos têm direito ao que está previsto na legislação. Estão todos sob o manto da legislação. Então não há que se falar que trabalhador terceirizado é um trabalhador precarizado. A lei veio trazer mais proteção tanto para as empresas quanto para os trabalhadores. Primeiro quando acaba com a dicotomia entre atividade fim e atividade meio, porque aquilo que a empresa vai fazer por conta própria ou contratar de um terceiro faz parte de sua estratégia de negócios. E a lei foi muito prudente ao trazer a proteção dos trabalhadores para dizer assim: olha, trabalhador, se sua empresa, aquele que é seu real empregador, não arcar com suas obrigações trabalhistas, aquela empresa que, mesmo que indiretamente, usufruiu da sua força de trabalho, ela vai ser responsável pelo seu pagamento. Ou seja, se a empresa contratada não pagar seus trabalhadores, o contratante passa a ser responsável. Então, esses trabalhadores terceirizados pela lei passam a ter dupla proteção. Ele está mais protegido ainda do que aquele trabalhador que trabalha direta- ▶

Alex Malheiros



■ **Sylvia Lorena fala a empresários goianos, na Casa da Indústria, durante workshop O que Muda com a Nova Lei Trabalhista**

O QUE MUDA COM A NOVA LEI TRABALHISTA



“TRABALHADORES TERCEIRIZADOS PELA LEI PASSAM A TER DUPLA PROTEÇÃO. ELE ESTÁ MAIS PROTEGIDO AINDA DO QUE AQUELE TRABALHADOR QUE TRABALHA DIRETAMENTE COM O EMPREGADOR E NÃO PRESTA SERVIÇO PARA NENHUMA OUTRA EMPRESA”

mente com o empregador e não presta serviço para nenhuma outra empresa.

Goiás Industrial - De volta à nova legislação trabalhista, como vai funcionar o trabalho intermitente e o temporário? As críticas têm procedência quando falam novamente em risco de precarização do emprego?

Sylvia Lorena – Em relação ao trabalho intermitente, não havia na legislação previsão específica para essa modalidade de contrato. Mas é uma modalidade que já existia, que são aqueles trabalhadores que trabalham com subordinação, ou seja, efetivamente deveriam ser empregados, ter sua carteira de trabalho assinada, mas como não havia previsão legal, acabavam ficando sob o manto da insegurança, desprotegido da legislação. São aquelas pessoas que trabalham numa feira aos finais de semana, os garçons que trabalham em restaurantes na sexta e no sábado. E o que é essa nova modalidade de contrato de trabalho? É aquela no qual a prestação de serviço é com subordinação, mas não é contínua, ou seja, ela ocorre com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade. É uma característica da

própria atividade. Então não há precarização. O trabalhador tem de ser convocado com três dias de antecedência e pode inclusive se recusar caso tenha outro compromisso e não possa atender à demanda. A recusa dele não vai descaracterizar a subordinação e nem uma violação ao contrato de trabalho, isto está previsto na lei. O que essa modalidade de contrato vai fazer é trazer quem está na informalidade para a formalidade.

Goiás Industrial - Os dados complementares da Pesquisa por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) do IBGE, referente a 2016, mostra queda na sindicalização no mercado de trabalho. Isso pode influenciar ou dificultar a negociação coletiva sob o ponto de vista dos sindicatos de trabalhadores?

Sylvia Lorena – Essa nova legislação vai ser inclusive uma oportunidade para que os sindicatos se fortaleçam. Por quê? Porque na medida em que o negociado vai se sobrepor à lei, é natural que os trabalhadores, assim como as empresas – porque os sindicatos existem dos dois lados –, cobrem mais das entidades que os representam. Com essa nova lei, acredito que os sindicatos de um modo geral têm oportunidade de se tornarem mais

representativos e de aumentar seu número de associados, porque essas entidades, efetivamente, agora vão ter papel fundamental na vida dos trabalhadores e das empresas.

Goiás Industrial - A negociação coletiva vai se dar preferencialmente entre sindicatos ou entre empresas e trabalhadores?

Sylvia Lorena – Ela pode se dar das duas formas. A lei prevê duas modalidades, que são o acordo coletivo e a convenção coletiva. Os sindicatos de trabalhadores sempre vão ter de estar presentes na negociação coletiva, é obrigatório. No acordo coletivo, quem negocia é o sindicato dos trabalhadores e a empresa ou empresas. Na convenção coletiva, negociam os sindicatos dos trabalhadores e os sindicatos das empresas de cada categoria econômica. Essa é a diferença. Mas as duas modalidades de negociação têm prevalência sobre a lei, e o acordo, como é mais específico, tem prevalência também sobre a convenção coletiva. Mas é fundamental, ainda na convenção coletiva, que as empresas procurem seus sindicatos para que eles possam ajudá-las nessa negociação e na elaboração do instrumento coletivo.

Goiás Industrial - Um tema que está na ordem dia, em função de uma portaria do Ministério do Trabalho, é a questão do trabalho escravo. Na visão da CNI, que divulgou nota de apoio à portaria, como deveria ser qualificado o trabalho escravo?

Sylvia Lorena – A CNI é radicalmente contra o traba-

lho escravo, atua pela erradicação do trabalho escravo. Agora, é importante que se tenha uma definição mais precisa do que é trabalho escravo para que se tenha segurança. Uma irregularidade administrativa, uma ausência de carteira de trabalho assinada, horas extras feitas além do limite legal, enfim, uma irregularidade administrativa não pode ser confundida com trabalho escravo. A CNI não defende o trabalho escravo, ao contrário. Ela defende a erradicação do trabalho escravo como pauta prioritária. Mas é importante que se tenha segurança jurídica nos conceitos a respeito desse tema. ■



“**PRECARIZAÇÃO É VOCÊ TER TRABALHADORES NA INFORMALIDADE, QUE NÃO TÊM SUA CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA, QUE NÃO FAZEM JUS AOS DIREITOS QUE ESTÃO ARROLADOS NA CONSTITUIÇÃO, OU NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA, OU NAS NORMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO**”



Laticínios San Marino

Fone/Fax: (64) 3621-0032

www.queijosipanema.com.br

Rua 16, nº 787 - Vila Promissão - Rio Verde - GO

Força aos sindicatos

Modernização trabalhista vai exigir que entidades sindicais ganhem musculatura para melhor representar os interesses do setor empresarial

Os sindicatos da indústria têm seguido agenda intensa de preparação para a nova legislação trabalhista que entrou em vigor no dia 11 de novembro. Há dúvidas ainda, especialmente sobre os formatos de financiamento da atividade sindical daqui em diante. Mas lideranças do setor entendem que as mudanças nessa área deverão contribuir para gerar ambiente de negócios mais favorável às empresas.

Diretor executivo do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo), Orizomar Araújo Siqueira ressalva que “não se trata de nova lei e sim de modernização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943”. A Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, alterou 117 artigos entre os 922 da CLT, incluindo “dispositivos que previam contribuições sindicais compulsoriamente pagas pelas empresas aos sindicatos a que pertencem”, comenta Siqueira. Sem fonte de receitas nitidamente estabelecidas em lei, continua ele, “o sindicato ficará de pés e mãos atados”.

Ele espera que a regulamentação da lei ou alguma medida provisória possa contemplar novos meios de contribuição para os sindicatos, “sob pena de inviabilizá-los, ao contrário do que se pretende, que é fortalecê-los”, até para que possa ser exercido em toda sua extensão o princípio inscrito na nova lei, segundo o qual vale o negociado sobre o legislado. Sem isso, a alternativa será convocar uma assembleia geral com todos os representantes legais das empresas para aprovação de nova contribuição, ainda que voluntária, “sob pena de sucumbência de seu sindicato, jogando por terra todo o avanço duramente conquistado ao longo de 70 anos”.

Os sindicatos das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos) e da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma) estão preocupados em buscar alternativas para o fim da contribuição sindical obrigatória, enquanto tentam se adequar à nova lei trabalhista. Wilson de Oliveira, presidente do SindAlimentos, também acredita que as entidades sindicais terão de encontrar novos caminhos para se financiar, mas acha que a reforma tende a fortalecer o sindicalismo patronal.

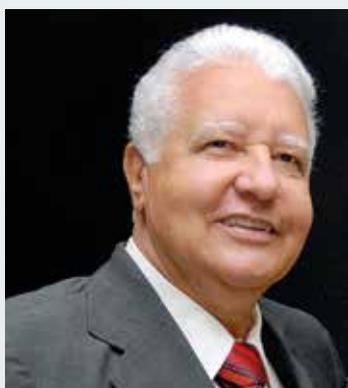
“Teremos de construir uma unidade ainda maior dentro de nosso setor, para que possamos chegar fortes nas rodas de negociações das convenções coletivas de

trabalho. A união do empresariado, mais do que nunca, deverá ser fortalecida”, afirma Oliveira. Ele observa que o SindAlimentos, como os demais sindicatos que representam a indústria goiana, estão atentos e acompanhando o que vai acontecer no pós-reforma trabalhista. “Uma coisa é certa: temos de buscar um sindicalismo mais profissional e antenado com os anseios do empresariado”, resume.

Anastácios Apostolos Dagios, presidente do Sicma, afirma que para o sindicato sempre foi muito clara a necessidade de aumentar seu portfólio de serviços às empresas e aos trabalhadores do setor, como forma de buscar alternativas de receita ao fim da contribuição sindical obrigatória, que agora passará a ser voluntária. O sindicato vem trabalhando a implantação do Serviço Social da Construção Civil (Seconci-Anápolis), que vai ser uma



■ **Wilson de Oliveira:** “Teremos de construir uma unidade ainda maior dentro do nosso setor, para que possamos chegar fortes nas rodas de negociações”



■ **Orizomar Araújo Siqueira:** sem fonte de receitas estabelecidas em lei, “o sindicato ficará de pés e mãos atados”



■ **Anastácios Apostolos Dagios:** instalação do Seconci em Anápolis será como um “cartão de visitas” para manter e atrair associados

espécie de “cartão de visita” para manter e atrair novos filiados. A tendência, diz, é que a entidade tenha cada vez mais um perfil mais associativista, sem deixar de lado sua função principal de atuar nas convenções coletivas de trabalho com a representação laboral. Dagios avalia que a representação empresarial deve se fortalecer para defender seus interesses, uma vez que a regra do acordado sobre o legislado exigirá muito de ambas as partes nas negociações futuras.

O Sicma acompanhou de perto os debates que ocorreram em torno da reforma trabalhista em vários fóruns, incluindo o Conselho de Assuntos Legislativos da CNI, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), a própria Fieg, a Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia) e, internamente, este foi também assunto recorrente nas reuniões de diretoria. Mas Dagios pondera que é preciso avaliar como as novas regras da reforma irão funcionar na prática.

ACERTOS PARA CONVENÇÕES COLETIVAS

O Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg), presidido pelo empresário e ex-deputado Sandro Mabel, realiza desde maio eventos para debater o que ainda era uma proposta de alteração da CLT e continua acompanhando as mudanças incorporadas à legislação trabalhista pela reforma. “No final do mês de maio, o sindicato realizou a videoconferência Modernização Trabalhista – Cenários e Perspectivas, com a executiva de Relações do Trabalho na CNI, Sylvia Lorena Teixeira de Souza, que respondeu todas as dúvidas de nossos associados”, detalha Mabel.

“Os membros do sindicato estão fazendo cursos e conversando com advogados para estarem preparados para ajudar a tirar todas as dúvidas e orientar a aplicação da nova legislação. O Siaeg ressalta que as mudanças representam segurança jurídica



■ **Sandro Mabel:** “Mudanças representam segurança jurídica para quem contrata e adequação legislativa à realidade do mercado de trabalho”



■ **André Rocha:** “O setor já iniciou a preparação para o processo de negociação para aditamento das convenções coletivas”



■ **Luiz Gonzaga de Almeida:** “Na atual conjuntura econômica, capital e trabalho têm a responsabilidade de construir normas de sobrevivência”

para quem contrata e adequação legislativa à realidade do mercado de trabalho”, acrescenta o presidente do sindicato.

Os sindicatos da Indústria de Fabricação de Etanol (Sifaeg) e de Fabricação

do Açúcar do Estado de Goiás (Sifaçúcar) preparam-se para enfrentar a próxima negociação coletiva da categoria, que tem data-base em março de 2018, já sob a vigência da Lei 13.467. “O setor já iniciou a preparação para o processo de negociação, pois entende ser essencial avaliar a conveniência de aditamento das convenções coletivas e iniciar as negociações o quanto antes, concluindo-as antes da nova data-base”, afirma André Rocha, presidente executivo do Sifaeg/Sifaçúcar. Por sua relevância, o tema continua como pauta permanente da diretoria daqueles sindicatos, que deverão realizar mais um workshop sobre a reforma.

Criado há dez anos, o Comitê Temático de Recursos Humanos do Sifaeg/Sifaçúcar, formado por representantes das usinas de açúcar e etanol, reúne-se periodicamente para discutir questões relacionadas à legislação trabalhista, fiscalização e normas reguladoras, entre outras, além de conduzir tratativas no âmbito das convenções coletivas.

Em setembro, a reforma e seus efeitos foram debatidos em workshop com participação de 32 empresas associadas aos sindicatos do setor. Na sequência, foi sugerido que cada empresa criasse um grupo multidisciplinar para avaliação mais detalhada dos principais temas abrangidos pela reforma e impactos sobre o setor, incluindo pontos relevantes, em especial aqueles que podem ser objeto de negociação coletiva.

O Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás (Sindipão), segundo seu presidente Luiz Gonzaga de Almeida, realizou em setembro reunião setorial com o gestor do Conselho Temático das Relações do Trabalho da Fieg, Nelson Anibal Lesme Orué, depois de ter participado do workshop O que Muda com a Nova Lei Trabalhista, promovido pela Fieg, com presença dos especialistas Sylvia Lorena, gerente executiva de Relações do Trabalho da CNI, e Rafael Lara Martins, advogado trabalhista. ▶

Em outubro, em nova rodada de discussões, o sindicato coletou sugestões apresentadas ao sindicato dos trabalhadores no setor para um termo aditivo à convenção coletiva que entrou em vigor no mesmo dia 11 de novembro. “Com esse termo aditivo que estamos gestando, com certeza iremos pontuar junto à classe empresarial do setor em todo o País e também com outros sindicatos. Na atual conjuntura econômica, capital e trabalho têm a responsabilidade de construir normas de sobrevivência”, afirma Almeida.

Olavo Martins Barros, presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos de Cimento do Estado de Goiás (Sinprocimento), afirma que a entidade já está adequando a convenção coletiva do setor, negociada em novembro, aos novos marcos da lei trabalhista. “Como as convenções coletivas de trabalho passam a ter validade de lei, estamos adequando a nossa para que tanto os empresários quanto os trabalhadores sejam contemplados de forma justa”, diz Barros.

REVOLUÇÃO NA ESTRUTURA SINDICAL

O presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás (Sigego), Antônio de Sousa Almeida, antevê ampla reestruturação do movimento sindical, antecipando como consequências possíveis “o reagrupamento das entidades, demissões e corte de áreas que não sejam mais fundamentais”. A pauta de discussões do setor deverá contemplar, daqui para frente, diz ele, medidas para “reforçar o papel político dos sindicatos em meio ao sistema, como canal de comunicação entre empresas, trabalhadores e meio político”.

O Sigego tem trabalhado na busca de “autossustentabilidade, ampliando a arrecadação com a oferta de produtos e serviços aos empresários e a administração eficiente dos recursos”, acrescenta Almeida.



■ **Antônio Almeida:** Sigego busca autossustentabilidade, com oferta de produtos e serviços aos empresários e administração eficiente



■ **Robson Braga:** “Esperamos que essas mudanças sejam positivas e tenham novo referencial para as convenções coletivas de trabalho”



■ **Jair Rizzi:** expectativa de que a reforma possa trazer também redução no impacto das ações trabalhistas para as empresas

Ainda segundo ele, “considerando que os sindicatos poderão realizar acordos, em alguns pontos, que se sobrepõem à própria lei, necessário demonstrar aos filiados a

importância de um sindicato unido, forte e atuante”.

“Esperamos que essas mudanças sejam positivas e tenham novo referencial para as convenções coletivas de trabalho, a partir do dispositivo que estabelece prioridade no acordado sobre o legislado, um dos pontos principais da reforma”, afirma Robson Peixoto Braga, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simmea). Ele avalia, no entanto, que levará algum tempo para que empresários e trabalhadores possam avaliar melhor o impacto de todas as mudanças.

O Simmea já havia iniciado, antes mesmo da reforma, o debate sobre estratégias para fortalecer sua representação. “A principal delas é ter boa gestão, desenvolver um trabalho transparente e estar próximo das demandas das empresas”, argumenta Braga. Ele observa que uma legislação trabalhista mais flexível é importante. Mas defende medidas urgentes para reduzir o custo elevado do emprego, “que onera empresas e dá margem à informalidade no mercado de trabalho”.

Para a indústria do vestuário, a regulamentação da terceirização, sistema tradicionalmente adotado pelas empresas do setor, é um dos pontos principais da reforma trabalhista. Com regras mais claras, entretanto, a expectativa é de que haja melhora no ambiente de negócios, com redução no impacto das ações trabalhistas, segundo avalia o presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis (Siva), Jair Rizzi.

Para o presidente do Siva, a entidade precisa se fortalecer para fazer frente aos novos desafios, sobretudo quanto à questão das convenções coletivas de trabalho. “Temos de caminhar mais unidos na defesa dos interesses de nosso setor e, para isso, é preciso que as empresas valorizem sua representação e tenham participação mais forte”, declara Rizzi. ■

Economia de base florestal

Imagine um segmento que consegue, em 15 anos, aumentar sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) de um Estado, passando de 1% para 28,5%!

Agora, imagine que esse segmento incrementou o PIB sem tomar lugar de outras atividades.

Isso tudo agregando emprego, logística de ponta, sustentabilidade e exportação.

E se eu disser que isso tudo aconteceu no nosso Estado vizinho, Mato Grosso do Sul? E que temos oportunidade única de seguir por projeto semelhante, tornando Goiás um grande player da silvicultura no cenário global?

Essas são as provocações que precisamos levar adiante transformando projetos em ação! E essa ação surge dentro do Plano de Desenvolvimento Florestal do Estado de Goiás, gestado por membros da cadeia da silvicultura com foco em tornar nosso Estado referência nesse setor, que é gigante na economia do Brasil.

A situação da silvicultura em Goiás atualmente enfrenta grandes desafios para crescer e sair das últimas posições em produção nacional, mas o cenário de demanda que observamos na economia nacional e mundial por derivados de base florestal cria grande oportunidade para impulso a esse futuro promissor.

Temos uma cadeia da base florestal ainda pouco organizada, com exceção da heveicultura, muito bem orquestrada pela Associação dos Produtores de Borracha Natural de Goiás e Tocantins, que realiza um belo trabalho com essa cultura de alta relevância na nossa economia. Já na cadeia do eucalipto e das madeiras nobres, temos um cenário que melhorou de alguns anos para cá, contudo, há muito a ser implementado nas questões de planejamento de plantio, atração de indústrias, logística da cadeia e outros pontos.

O trabalho de entidades como Fieg, Sebrae, Faeg e Embrapa Florestas começa a dar resultados após diagnóstico do levantamento das florestas em Goiás que aponta para um apagão florestal, principalmente no eucalipto. Isso é grave, pois estamos falando de matriz energética

“A grande jogada para Goiás seria apostar na geração de energia por usinas termoeletricas movidas à biomassa de eucalipto, fonte sustentável e estruturante na cadeia energética”

MARDUK DUARTE, representante da Fieg na cadeia das indústrias de base florestal e proprietário da Matha Florestal Usina de Tratamento de Madeira de Reflorestamento

e uma boa opção para o produtor rural diversificar suas atividades.

Porém, partindo para a oportunidade que falamos anteriormente, temos cenários animadores e precisamos trabalhar nesse foco.

A grande jogada para Goiás seria apostar na geração de energia por usinas termoeletricas movidas à biomassa de eucalipto, fonte sustentável e estruturante na cadeia energética. Essas usinas, se posicionadas estrategicamente em nosso Estado, criarão todo o pacote necessário para o fomento à indústria de base florestal na região em que forem instaladas. O desenvolvimento de arranjos produtivos locais de base florestal contará com energia gerada pelas usinas, mão de obra, incentivos fiscais, logística para escoamento e todo apoio para que o produtor possa desenvolver bem sua atividade. Fora os aspectos climáticos e terras aptas para a silvicultura.

Não criaremos absolutamente nada de novo!

Apenas usaremos o exemplo de Estados como Mato Grosso do Sul, Bahia e Espírito Santo, para que Goiás entre forte nesse jogo que tem muito a incrementar em nossa economia.

O momento é de união e ação. E a Fieg apoia e age de forma efetiva e firme nesse caminho, contando assim, com o apoio do nosso presidente Pedro Alves, conselhos temáticos e sindicatos.

A hora é de oportunidades e vamos agarrar a nossa com toda força! ■

Fim da recessão. E AGORA

Economia parou de cair, assegura comitê. Mas as previsões para 2017 e 2018 mostram atividade “andando de lado” e ainda sob ameaça de turbulências na política, num ano de eleições

Lauro Veiga Filho



Em reunião ocorrida numa sexta-feira, já nos estertores do mês de outubro, o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace) concluiu que a recessão que recentemente abateu a economia brasileira havia se encerrado no trimestre final de 2016. A entidade, que se autointitula como independente, criada em 2008 “com a finalidade de determinar uma cronologia de referência para os ciclos econômicos brasileiros”, identificou um “valé” no quarto trimestre do ano passado, colocando ponto final na recessão iniciada no segundo trimestre de 2014, depois de sacrificar a economia ao longo de 11 trimestres e impor retração de 8,6% no Produto Interno Bruto (PIB) no período.

As previsões para o futuro, no entanto, trazem grau de complicação obviamente maior. O cenário político, em ano de eleições majoritárias, torna tudo ainda mais nebuloso. “A indefinição da trajetória esperada para a economia é tão robusta quanto a expectativa em relação às eleições.

Entendo que o calendário político vai encurtar os horizontes do mercado financeiro e tornar mais fácil a compreensão do que está em jogo. As manifestações recentes do ministro Henrique Meirelles (que chegou a considerar publicamente a possibilidade de ser candidato à Presidência) são um indicativo. As pesquisas, outro”, afirma o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves.

As previsões para 2017 e 2018 embu-tem, sem exceções, dados mais lisonjeiros do que as estatísticas negativas colecionadas nos últimos anos, mas há dúvidas em relação ao ritmo dessa recuperação, considerado desde já bastante tímido em relação aos períodos de saída de crises anteriores, e incertezas ainda maiores quanto à sua consistência ao longo do tempo. Conforme anota o próprio Codace, em seu boletim mais recente, “além de a recessão terminada no quarto trimestre de 2016 ter sido longa e intensa, o comitê avaliou que a recuperação tem se mostrado até aqui lenta em

comparação com o padrão observado nas saídas de recessões anteriores”.

As reações do mercado, especialmente quando se considera o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa), na versão de alguns analistas, poderiam indicar suposto “descolamento” entre a economia e a crise política. Afinal, o Ibovespa acumulava alta ligeiramente acima de 15% até a segunda semana de novembro, na comparação com igual período de 2016, superando o abalo causado pela divulgação das gravações de Joesley Batista, do grupo JBS, em meados de maio.

Para Gonçalves, no entanto, “não há descolamento algum” e registra-se tão somente “a transição do mercado financeiro da frustração com o ajuste fiscal para a complacência atual em relação à equipe econômica”. Em sua avaliação, a “coincidência” entre os movimentos executados pelos mercados com a queda dos juros não é causal, “fazem parte um do outro”.

A queda da inflação, prossegue ele, ►



Wagner Malsgrime

“não se deve à presumida melhora da economia, foi apenas a diluição dos choques de preços de alimentos, de preços administrados, da taxa de câmbio e da rigidez dos preços dos serviços. Com razoável contribuição da recessão”. A atividade econômica “mudou de patamar em relação a 2016, mas agora está andando de lado”, sugere Gonçalves.

Ainda que tardia – acrescenta –, a redução operada pelo Banco Central (BC) na taxa de juros básicas, de 10,25% em outubro do ano passado para 7,50% no mesmo mês deste ano, deverá contribuir de forma relevante para a redução nas despesas financeiras do governo, influenciando ainda na “trajetória do endividamento” (ao reduzir a pressão sobre a dívida pública). De outro lado, os juros mais baixos ajudam a promover o início de “uma leve redução dos juros pagos por empresas e famílias”. Adicionalmente, afirma, a diminuição dos juros “torna outros usos do dinheiro mais rentáveis, sejam imóveis ou ações, seja produzir ou ampliar a capacidade de produzir. Mas isso toma tempo. Como visto, a melhora da economia foi interromper a recessão, não entrar em ciclo de crescimento”.

O papel “coadjuvante” dos juros altos

A política monetária (leia-se juros altos e arrocho ao crédito) parece ter cumprido papel coadjuvante na queda da inflação, que saiu das alturas de 10,67% nos 12 meses de 2015, pico de alta dos preços, para apenas 2,70% em igual período de 12 meses terminado em outubro deste ano, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No mesmo intervalo, a taxa média de variação dos preços dos alimentos no domicílio, que havia experimentado salto de 12,92% em 2015, respondendo por quase um quinto da inflação anual (exatamente 19,76%), passou

A cronologia das crises brasileiras

| Período | Duração em trimestres | Variação acumulada de pico a vale (%) | Variação trimestral média anualizada (%) |
|--|-----------------------|---------------------------------------|--|
| 1º trimestre de 1981 ao 1º trimestre de 1983 | 9 | -8,5 | -3,9 |
| 3º trimestre de 1987 ao 4º trimestre de 1988 | 6 | -4,2 | -2,8 |
| 3º trimestre de 1989 ao 1º trimestre de 1992 | 11 | -7,7 | -2,9 |
| 2º trimestre de 1995 ao 3º trimestre de 1995 | 2 | -2,8 | -5,6 |
| 1º trimestre de 1998 ao 1º trimestre de 1999 | 5 | -1,5 | -1,2 |
| 2º trimestre de 2001 ao 4º trimestre de 2001 | 3 | -0,9 | -1,2 |
| 1º trimestre de 2003 ao 2º trimestre de 2003 | 2 | -1,6 | -3,1 |
| 4º trimestre de 2008 ao 1º trimestre de 2009 | 2 | -5,5 | -10,8 |
| 2º trimestre de 2014 ao 4º trimestre de 2016 | 11 | -8,6 | -3,2 |

Fonte: Codace/IBGE

a acumular variação negativa de 5,06% nos 12 meses terminados agora em outubro. A contribuição do setor para a queda da taxa inflacionária ficou em 33,95% naquele mesmo período, graças ao clima extremamente favorável, que permitiu a colheita da maior safra da história no País.

A escalada do dólar, com salto de 45% em 2015, e dos preços administrados, que subiram 18,08%, representaram pouco mais de 54% da inflação acumulada naquele ano, segundo carta endereçada pelo BC ao Ministério da Fazenda para justificar o estouro da meta inflacionária em 2015. Desde janeiro de 2016 até a segunda semana de novembro deste ano, o dólar havia recuado 18%, esvaziando a pressão sobre os preços dos importados. Nos 12 meses até outubro deste ano, os preços administrados subiram 6,59% e a contribuição do grupo para o IPCA ficou em 1,6%. A menor variação desses preços significou contribuição de 32,4% para a queda da inflação geral. Em conjunto, alimentos no domicílio e preços administrados foram responsáveis

por mais de dois terços (66,39%) da queda do IPCA a partir de dezembro de 2015.

NA DANÇA DAS PREVISÕES, NÚMEROS MODESTOS

Acompanhadas semanalmente pelo Banco Central (BC), as projeções do mercado para o PIB, capturadas no relatório Focus, tornaram-se relativamente mais otimistas (ou menos pessimista, a depender do ponto de vista) a partir de setembro deste ano. Até o começo de agosto, as apostas do mercado indicavam variação de 0,34% para este ano e de 2,0% para 2018. Na medição do início de novembro, o setor financeiro passou a esperar elevação de 0,73% para 2017, confiando numa reação neste segundo semestre, já que o PIB fechou a primeira metade do ano estagnado na comparação com os mesmos seis meses de 2016. Para 2018, as apostas retomavam os níveis alardeados em abril e maio, voltando a indicar avanço de 2,50% no próximo ano.



Além do curto prazo: Bradesco considera recuperação “um fato consumado”, a despeito da volatilidade atual na economia

No cenário básico construído pelo Diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco (Depec), mais otimista que a média do mercado, o PIB tende a apresentar variação de 0,9% neste ano, e de 2,8% para o próximo, puxado por salto de 6% no investimento, quatro anos de baixas consecutivas, e pelo avanço de 2,0% no consumo privado, num ambiente de “retomada gradual” da atividade. O Depec considera a perspectiva de alguma aceleração no crescimento da produção industrial, que tenderia a encerrar este ano com incremento de 2,4%, com alta de 3,5% em 2018. A taxa de desemprego ainda deverá manter-se acima dos 12% (12,8% na média deste ano e 12,5% em 2018), com juros básicos ainda recuando de esperados 7,0% ao ano em 2017 para 6,75% no ano seguinte. A inflação, ainda na visão do Depec, seguirá bem “balanceada”, chegando a 3,1% nos 12 meses deste ano e a 3,9% em 2018.

O Depec pondera que, na fase de saída das recessões, é esperado que ocorra “bastante volatilidade” e recomenda “olhar além do ruído de curto prazo”, expresso pela divulgação de indicadores ainda frágeis ou abaixo das expectativas do mercado. Para o departamento, no entanto, “as sondagens do consumidor, indústria, construção e comércio continuam melhorando e os estoques seguem abaixo do desejado”. Além

disso, “as dívidas das famílias seguem bem comportadas, o desemprego tem caído mais rápido do que o esperado e a queda de juros, juntamente com outros indicadores de mercado, continua produzindo afrouxamento das condições financeiras. Todos esses indicadores nos levam a crer que a recuperação é um fato consumado apesar da volatilidade de curto prazo”, arremata o Depec.

As projeções do Itaú BBA não são muito diferentes. O banco espera crescimento de 0,8% em 2017 e de 3,0% para 2018, com inflação na faixa de 3,3% neste ano e de 3,8% no próximo. Os juros básicos atingiriam os mesmos 7,0% esperados pelo Depec para este ano, mas tenderiam a recuar até 6,5% em 2018, com o desemprego variando de 12,8% para 12,1% (ligeiramente menor do que a taxa esperada pelo Bradesco).

O encolhimento do PIB e do mercado de trabalho nos anos de recessão ajudou a criar uma “capacidade ociosa expressiva” na economia, na leitura da Tendências Consultoria Integrada, que esperava reação mais acelerada da atividade econômica, o que não tem se verificado até o momento especialmente em função do crescimento do endividamento privado e público (federal e estadual). “A situação mais emblemática é a do governo, cuja

Previsões modestas

(O que o mercado espera para o PIB em 2017 e 2018)

| Fontes | 2017 | 2018 |
|-------------------------------|-------|-------|
| Bradesco | 0,9% | 2,8% |
| Itaú Unibanco | 0,8% | 3,0% |
| Tendências Consultoria | 0,7% | 2,8% |
| Focus – Relatório de Mercado* | 0,73% | 2,50% |

(*) Em 10/11/17

dívida pública atingiu 69,9% no ano passado, o que evidencia sua incapacidade de contribuir para a retomada mais acelerada da economia. Para 2017, a expectativa é de que a dívida atinja 75,6% (do PIB)”, aponta a consultoria.

Para este ano, a Tendências prevê variação de 0,70% para o PIB, com elevação de 3,1% para a massa de renda das famílias e de 3,9% para as vendas do comércio ampliado. Os saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que somaram algo ao redor de R\$ 44,0 bilhões entre março e julho, segundo a Tendências, devem adicionar qualquer coisa próxima a 0,3 pontos de porcentagem à taxa de crescimento esperada para o PIB ▶

neste ano, com a contribuição ainda da safra recorde de grãos. Em 2018, a consultoria projeta crescimento de 2,8%.

INFLAÇÃO MAIS BAIXA IMPULSIONA RENDA

A queda da inflação ajudou ainda a impulsionar a renda real, “compensando” a desaceleração nominal dos rendimentos da população ocupada ocorrida a partir de meados de 2015, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), do IBGE. No trimestre encerrado em julho daquele ano, o rendimento nominal chegou a crescer 11,1% em relação aos mesmos três meses de 2014, mas o ganho real ficou limitado a 2% em função da inflação mais elevada. No terceiro trimestre do ano passado, para uma variação de 6,7% no rendimento nominal, os trabalhadores registraram perda real de 2,1%. Em igual período deste ano, embora o avanço nominal tenha praticamente mantido o mesmo ritmo (mais 4,9% frente ao terceiro trimestre de 2016), houve aumento real de 2,4%.

A soma de todos os rendimentos recebidos pelos trabalhadores avançou de R\$ 181,146 bilhões no terceiro trimestre do ano passado para R\$ 188,137 bilhões no mesmo período deste ano, numa variação de 3,9% em termos reais, significando acréscimo na renda total das famílias de R\$ 6,991 bilhões no período, refletindo ainda aumento no emprego especialmente em ocupações informais e de baixa qualificação. Para comparação, no ano passado, ainda no período entre julho e setembro, a massa de rendimentos real havia encolhido 3,8%.

Para o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, aqueles dois vetores – nível de ocupação e rendimento real – ajudaram a dar alguma sustentação ao consumo, que terminou puxando o PIB no segundo trimestre deste ano. “O rendimento real cresceu porque a inflação caiu, o que teve o efeito inverso de



“O rendimento real cresceu porque a inflação caiu, o que teve o efeito inverso de quando a inflação acelera. Mas tal processo já terminou”

JOSÉ FRANCISCO DE LIMA GONÇALVES, economista-chefe do Banco Fator

quando a inflação acelera. Mas tal processo já terminou. A inflação parou de cair e vai acelerar, ainda que apenas até pouco mais de 4% em 2018”, projeta o economista.

Gonçalves acentua ainda que o crescimento da ocupação, “talvez em ritmo maior do que o esperado”, num cenário de desemprego ainda elevado, somando quase 13,0 milhões de pessoas desocupadas, tem se dado em atividades informais e por conta própria. O total de pessoas com alguma ocupação aumentou de 89,835 milhões no trimestre terminado em setembro do ano passado para 91,297 milhões em igual período deste ano, num acréscimo de 1,462 milhão. Praticamente todas essas pessoas passaram a trabalhar por conta própria ou sem carteira assinada no setor privado, que somadas passaram a representar 37,1% do total de ocupados, ou 33,821 milhões de pessoas, frente a 32,123 milhões no terceiro trimestre de 2016 (35,8% do total de empregados).

“É claro que é preferível ter alguma

ocupação a nenhuma. Mas isso significa que a ocupação pode estar crescendo, em parte, sem demanda que absorva tal aumento. E ocupações mais precárias não constituem base para expansão de crédito, o que limita a expansão do consumo. Por outro lado, a ocupação com carteira assinada, que associa salários mais altos com outros benefícios do emprego formal, continua caindo”, argumenta Gonçalves.

Entre o terceiro trimestre de 2016 e igual intervalo deste ano, refletindo a precarização do mercado de trabalho, o total de ocupados com carteira assinada no setor privado caiu de 34,110 milhões para 33,300 milhões de pessoas, num corte de 810 mil ocupações. “Pode-se supor”, prossegue Gonçalves, “que as empresas contratam de modo mais racional, com mais confiança e compromisso, de modo que a situação atual ainda é de horizonte muito incerto para as empresas. Assim, a recuperação é frágil e incerta. Principalmente, não vai alavancar a expansão do crédito tão cedo”.



■ **Informalidade avança:** número de empregados com carteira assinada no setor privado cai de 34,1 milhões para 33,3 milhões em um ano

Nessa área, o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco (Depec) trabalha com previsão de estabilidade para o saldo do crédito neste ano e variação nominal de 5% para 2018, o que representaria variação real de pouco mais de 1% levando-se em conta uma inflação de 3,9% projetada pelo departamento.

Avanços e obstáculos no caminho da demanda

Ao longo do ano, numa tentativa de reanimar a demanda, o governo veio adotando algumas medidas meramente pontuais, primeiro, ao autorizar o saque

das contas inativas do FGTS. No final de setembro, decidiu antecipar a liberação de R\$ 15,9 bilhões do PIS/Pasep, anteriormente definida para março de 2018, além de reduzir a idade mínima para o saque desses recursos de 70 anos para 65 e 62 anos, respectivamente, para homens e mulheres. Os juros dos empréstimos consignados foram reduzidos de 2,2% para 2,05%.

Desligado de decisões da equipe econômica, o pagamento do 13º salário neste final de ano, nos cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), deverá representar a entrada em circulação de R\$ 20,46 bilhões

neste ano, algo como 3,2% do PIB, num crescimento de 4,7% em relação ao ano passado, o que representaria incremento real, descontada uma inflação estimada em 3,25%, em torno de 1,4%.

Mas há obstáculos importantes à retomada da demanda. Conforme dados do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), no segundo trimestre deste ano 21,8% dos lares no País não tinham uma única pessoa ocupada, porcentual que chegava a 20,6% no mesmo período do ano passado e a 17,8% em 2012. Além disso, 12,961 milhões de pessoas continuavam sem emprego até setembro. Numa aproximação recente, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) esperava avanço de 2,3% para o consumo das famílias no próximo ano

A ajuda que vem de fora

O crescimento mais espalhado por toda a economia mundial, nas projeções do Itaú Unibanco, do Bradesco e do Fundo Monetário Internacional (FMI), com aceleração também para o comércio global, e um avanço mais firme do comércio global tendem a ajudar a dar algum ânimo à atividade doméstica no Brasil no próximo ano. As taxas previstas pelos departamentos econômicos de dois entre os maiores bancos brasileiros, na faixa de 3,8% em 2018, aproximam-se dos 3,7% esperados pelo FMI para o PIB global.

O volume do comércio em todo o mundo, de acordo com o FMI, deverá experimentar avanço de 4,2% neste ano e de 4,0% em 2018, saindo de uma taxa bastante modesta de 2,4% no ano passado. Se o câmbio não atrapalhar muito, pode-se esperar algum crescimento para as exportações brasileiras. Neste ano, no acumulado entre janeiro e outubro, as vendas externas brasileiras cresceram praticamente 20%, saindo de US\$ 153,08 bilhões para US\$ 183,48 bilhões, com elevação de 12,1% para as exportações de bens manufaturados, sob liderança dos automóveis de passageiros, num salto de 52,7% em valor. ▶

Reação no mercado informal

(Dados em milhões de pessoas e massa salarial em R\$ bilhões)

| Variável | Jul-set 2016 | Abr-jun 2017 | Jul-set 2017 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| População ocupada | 89.835 | 90.236 | 91.207 |
| População desocupada | 12.022 | 13.486 | 12.961 |
| Taxa de desemprego | 11,8% | 13,0% | 12,4% |
| Empregados com carteira no setor privado | 34.110 | 33.331 | 33.300 |
| Empregados sem carteira no setor privado | 10.269 | 10.623 | 10.910 |
| Empregados por conta própria | 21.854 | 22.509 | 22.911 |
| Massa real de rendimentos | 181,15 | 185,47 | 188,14 |

Fonte: IBGE/PNADC

Esse avanço ajudou a sustentar a produção de veículos automotores neste ano, segundo os números da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Nos dez meses iniciais deste ano, a indústria de veículos automotores exportou um volume 56,7% maior do que no mesmo período do ano passado, avançando de 400,62 mil para 627,82 mil unidades (227,20 mil a mais). O acréscimo contribuiu em 45,7% no aumento acumulado pela produção do setor, que evoluiu de 1,740 milhão para 2,237 milhões de unidades, crescendo 28,5% (mais 496,70 mil unidades)..

ESPAÇO REDUZIDO PARA NOVOS INVESTIMENTOS

O investimento, a outra perna da demanda doméstica, deverá enfrentar tempos ainda complicados, diante da ociosidade ainda muito elevada nas fábricas e no mercado de trabalho, retratada pela existência de 46,782 milhões de pessoas no desemprego ou subocupadas até setembro deste ano, o que correspondia a 44,87% da força de trabalho.

No setor privado, a baixa disposição para assumir riscos e iniciar novos projetos pode ser antevista nos dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No acumulado entre janeiro e setembro deste ano, em valores reais, ou seja, atualizados com base na inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), as consultas encaminhadas pelas empresas ao BNDES atingiram o menor valor em quase uma década e meia, à frente apenas dos números registrados em 2003 para aquele mesmo intervalo.

Nos primeiros nove meses deste ano, as consultas somaram R\$ 75,365 bilhões, caindo 15,1% frente aos R\$ 88,740 bilhões alcançados em igual período do ano passado. As consultas da indústria desabaram 38,4%, encolhendo de R\$ 28,023 bilhões

para R\$ 17,268 bilhões, valor mais baixo para o período desde o início da série recente de estatísticas do banco, em 1995. No setor de infraestrutura, a retração chegou a 15,4%, com o valor das consultas, em termos reais, baixando de R\$ 33,750 bilhões para R\$ 28,545 bilhões.

Tomando os desembolsos, agora em valores nominais, houve modestíssimo avanço de 1,03% em Goiás, com os empréstimos liberados pelo banco variando de R\$ 1,544 bilhão para R\$ 1,560 bilhão naquela mesma comparação. Isso representou tombo de 60,3% em relação aos nove meses iniciais de 2013, quando os desembolsos haviam somado R\$ 3,925 bilhões no Estado. Na indústria de transformação, o volume de recursos liberados entre janeiro e setembro deste ano caiu 12,4%, para R\$ 246,77 milhões, frente a R\$ 565,71 milhões em 2016. Considerando seu melhor momento, em 2011, os desembolsos para o setor desabaram 81,7%, saindo de R\$ 1,345 bilhão nos mesmos nove meses.

O setor público dificilmente terá condições de contribuir para reverter esse cenário. “Como o plano de voo do governo é limitar suas despesas e isso tem sido feito cortando os investimentos, o efeito expansionista do gasto público vai caindo e contagiando negativamente o gasto privado. O governo gasta mais com pessoal e menos com investimento. O resultado vai ser o investimento andando de lado, o que inibe altas mais robustas do emprego”, afirma José Francisco de Lima Gonçalves, do Banco Fator.

Numa compilação das estatísticas dos ministérios da Fazenda e do Planejamento e ainda da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em valores nominais acumulados entre janeiro e agosto de cada ano, o investimento público, incluindo o governo central, estatais federais, Estados e municípios, sofreu baixa de 26,2% entre 2016 e 2017, encolhendo de R\$ 98,091 bilhões (1,59% do PIB) para R\$ 72,436 bilhões (1,12%). ■

O nível mais baixo desde 2003

(Consultas ao BNDES, em R\$ bilhões constantes, a valores de setembro de 2017)

| Setores | Jan-set 2016 | Jan-set 2017 | Varição (%) |
|---------------------|--------------|--------------|-------------|
| Agropecuária | 11,849 | 12,712 | +7,3 |
| Indústria | 28,023 | 17,268 | -38,4 |
| Infraestrutura | 33,750 | 28,545 | -15,4 |
| Comércio e serviços | 15,118 | 16,839 | +11,4 |
| Total | 88,740 | 75,365 | -15,1 |

Fonte: BNDES

O investimento (capenga) no setor público

(Valores nominais em R\$ bilhões)

| Setores | Jan-ago 2016 | Jan-ago 2017 | Varição (%) |
|-------------------|--------------|--------------|-------------|
| Governo central | 34,269 | 22,774 | -33,5 |
| Estatais federais | 32,406 | 27,287 | -15,8% |
| Estados | 17,109 | 14,979 | -12,4 |
| Municípios | 14,307 | 7,396 | -48,3 |
| Total | 98,091 | 72,436 | -26,2 |

Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional e Ministério do Planejamento



■ **Custo mais alto:** mudança nas taxas do BNDES deve afugentar investimentos em novas fábricas

O investimento sob risco

Fim da TJLP a partir de janeiro vai encarecer o crédito de longo prazo e contribuir para encolhimento radical do BNDES em três anos

Em quatro anos, tomados a valores constantes, os investimentos perderam mais de um quarto de seu valor, desabando de R\$ 279,9 bilhões em 2013 para R\$ 207,4 bilhões no ano passado, num tombo de 25,9%. A conta é feita por José Ricardo Roriz Coelho, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e diretor titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia da instituição (Decomtec). A perda total, portanto, somou R\$ 72,5 bilhões, representando quase 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

As possibilidades de uma retomada do investimento, afirma Roriz, com o reforço do economista Ernani Teixeira Torres Filho, professor aposentado do Instituto de Economia da UFRJ e ex-superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), serão

drasticamente reduzidas com o fim da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e sua substituição pela Taxa de Longo Prazo (TLP), que passará a corrigir os empréstimos do banco a partir de janeiro de 2018.

A TJLP surgiu não por coincidência no mesmo ano de lançamento do Plano Real, em 1994, com objetivo, relembra Torres, de evitar que “os investimentos produtivos fossem penalizados pela elevada taxa de juros do Banco Central”. A estratégia buscou ampliar a competitividade da indústria de bens de capital com elevado conteúdo nacional, assegurando ao setor alguma vantagem em relação à competição estrangeira. Adicionalmente, a ideia era evitar “maior dolarização do balanço das empresas brasileiras”, criando opções ao crédito externo mais barato.

Ao analisar a série histórica, afirma Roriz, “estima-se que se a TLP fosse válida no período de 2004 a 2017, sua taxa teria sido de 13,0% ao ano, em média, frente a 6,8% para a TJLP”. Numa simulação realizada pela Fiesp, prossegue ele, na hipótese de uma empresa que tenha tomado empréstimo de R\$ 1,0 bilhão por dez anos em dezembro de 2006, o custo final da operação atingiria ▶

R\$ 1,93 bilhão em dezembro de 2016 com a cobrança da TJLP, numa variação de 92,6%. Caso a TLP já estivesse em vigor, no entanto, o total a ser pago pela empresa seria elevado para R\$ 2,51 bilhões, numa alta de 151,1%, representando R\$ 585,4 milhões a mais (ou 58,5% sobre o valor original do financiamento).

Considerando o total de recursos desembolsados pelo BNDES em 2006, no valor de R\$ 51,318 bilhões em valores nominais, ao final de dez anos, com base na projeção realizada pela Fiesp, pode-se concluir que o custo total, com base na TJLP, sairia por R\$ 98,84 bilhões. Mas subiria para R\$ 128,86 bilhões caso a TJP já estivesse em vigor, acrescentando R\$ 30,02 bilhões às despesas financeiras das empresas que tomaram o crédito, algo como 0,5% do PIB de 2016.

“A substituição da TJLP pela TLP deve reduzir o investimento em momento crítico da economia brasileira, em que a taxa de investimento tem caído e é a menor dos últimos 20 anos”, observa Roriz. No primeiro semestre deste ano, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa em relação ao PIB havia alcançado apenas 15,54%, saindo de 20,91% em 2013. “Estudos indicam que o Brasil precisa manter investimento em torno de 25% do PIB para a economia crescer a 5% ao ano”, acrescenta o vice-presidente da Fiesp.

Quase na rabeira

Numa amostra que inclui 41 países mais o Brasil, apurada pelo Decomtec, o País apresenta o terceiro pior resultado na área, à frente apenas de Portugal (14,8%) e Grécia (11,4%), que tiveram suas economias virtualmente destroçadas pela crise financeira de 2008. A China lidera a relação, com investimentos de 43,3% do PIB, seguida por Indonésia (32,5%) e Índia (26,8%). Rússia e África do Sul, países que formam os Brics, juntamente com brasileiros, indianos e chineses, apresentam

taxas de 21,4% e 19,6%, respectivamente. Na média daqueles 41 países, o investimento corresponde a 23% do PIB, quase 50% acima do nível registrado no Brasil.

PAÍSES RICOS MANTÊM CRÉDITO DIRECIONADO

Principal financiador de longo prazo no País, responsável por 50,9% dos créditos bancários com prazos superiores a cinco anos, afirma Ernani Teixeira Torres Filho, o BNDES tende a encolher de forma radical num prazo relativamente muito curto. “Quando falo muito curto são três anos”, diz ele. O País deverá perder, se nada for feito até lá, um instrumento de ajuste contracíclico importante, que mesmo países riquíssimos, como a Alemanha, preferiram preservar.

“Se tivermos uma outra crise pesada, como a de 2008, o governo não terá instrumento algum nem para segurar o nível de atividade, nem para os empresários conseguirem um financiamento para tocar seus projetos e sua vida”, continua Torres. Para José Ricardo Roriz Coelho, da Fiesp, “o BNDES é fundamental no financiamento do investimento no Brasil.

Entre 1996 e 2016, os desembolsos do banco representaram 2,5% do PIB e 13,1% da formação bruta de capital fixo (ou seja, do investimento)”.



■ **Torres:** a TJLP foi criada para evitar que os investimentos no Brasil fossem penalizados pelos juros altos do Banco Central

O mais grave, retoma Torres, é que o ajuste ocorreria naturalmente, ao longo de uma década, o que daria tempo para que o setor privado desenvolvesse mecanismos para suprir a oferta de crédito de prazos mais longos. A expectativa, de acordo com o economista, é de que o ciclo mais recente de baixa inflação e taxas de juros igualmente reduzidas, na faixa de um dígito, tenha longa duração, o que forçaria o BNDES a uma acomodação natural.

O custo da TLP

(Total pago no financiamento de R\$ 1 bilhão, com prazo de dez anos, contratado em dezembro de 2006. Valores constantes R\$ milhões – IPCA-dez/2016)

| TLP* | TJLP | Diferença |
|------------------|-----------------|-------------------|
| R\$ 2,51 bilhões | R\$ 1,93 bilhão | R\$ 585,4 milhões |
| 151,1% | 92,6% | 58,5% |

Fonte: Tesouro Nacional, Banco Central, IBGE. Elaboração Decomtec/Fiesp
*Prêmio de risco fixado na contratação, acrescido da inflação a cada prestação. Não inclui spread nem IOF



■ **Roriz:** o BNDES é fundamental no financiamento do investimento no Brasil, respondendo por 13,1% da formação bruta de capital fixo

Com os juros básicos próximos ou levemente inferiores a 7,0% ao ano, a TJLP ficaria mais cara, eliminando qualquer subsídio implícito nas operações do BNDES, aponta Roriz. O Ministério da Fazenda estima que o Tesouro tenha gasto em torno de R\$ 15,5 bilhões por ano em subsídios implícitos ao BNDES entre 2008 e 2016, “mas não considera que o banco gerou R\$ 17,5 bilhões ao ano em pagamento de tributos e dividendos, gerando saldo positivo anual de R\$ 2,0 bilhões”, pondera Roriz.

Ambos lembram que todos os países relevantes no cenário econômico global sustentam políticas de crédito direcionado em favor de suas empresas. Mesmo os Estados Unidos, terra do liberalismo mal copiado no Brasil, adotam esse instrumento. “E qual o tamanho desse crédito? É de 20% em relação ao PIB”, relata Torres. Não há um banco para isso por lá, até porque o Tesouro norte-americano capta recursos a custos muito próximos de zero. Não há banco, mas o governo adota um sistema em

que o próprio Tesouro garante o crédito. “Se o Tesouro brasileiro captasse barato como o americano, precisaria de um banco? Provavelmente não”, destaca Torres.

Conforme Roriz, os países que têm bancos de desenvolvimento de fato captam recursos com base na taxa básica de juros. “Isso só é possível porque nessas economias as taxas básicas estão em níveis razoáveis”, chegando a 4,7% ao ano, na média, como no caso de cinco países selecionados pela Fiesp (Alemanha, Chile, México, Colômbia e África do Sul).

Cortes no investimento

Dois terços de 1.036 empresas pesquisadas pela Fiesp entre abril e maio deste ano, quando a TJLP ainda estava em 7,5% ao ano (foi reduzida para 7,0% depois disso), diminuiriam seus investimentos nos próximos dois anos com a mudança da taxa e o consequente aumento do custo de crédito do BNDES. Entre as empresas ouvidas, 403 haviam solicitado financiamentos ao BNDES nos últimos dois anos. Entre as 66% das empresas dispostas a investir menos, 37% fariam redução superior a 40%, outras 21% baixariam o montante entre 21% e 40% e outras 15% das entrevistadas fariam cortes entre 11% e 20%. Em torno de 65% das pequenas e médias empresas ouvidas reduziriam seus investimentos, percentual que sobe para 70% entre as grandes. ■

Crédito barato, lá fora

| País | Banco de desenvolvimento | Taxa básica de juros (% ao ano) |
|---------------|--------------------------|---------------------------------|
| Alemanha | KfW | 0,0 |
| Chile | Corfo | 2,75 |
| México | Nafinsa | 6,75 |
| Colômbia | FDN | 7,0 |
| África do Sul | DBSA | 7,0 |
| Média | - | 4,7 |

Fonte: FMI. Elaboração: Decomtec/Fiesp

Porcentual de empresas por porte que reduziria o investimento

| Pequenas | Médias | Grandes |
|------------|------------|------------|
| 65% | 65% | 70% |

Fonte: Fiesp



■ **Setor básico:** indústria de alimentos e bebidas ainda responde por pouco mais da metade do valor da transformação industrial

Os desafios na trilha da indústria

A força do mercado interno, a urbanização acelerada e incentivos ajudaram a construir o setor em Goiás, mas podem não ser suficientes para manter seu crescimento daqui em diante

Lauro Veiga Filho

A indústria goiana ganhou músculos ao longo de sua história, diversificou-se e chegou a expandir a fatia dos setores com alta intensidade tecnológica, num processo determinado não apenas por eventual relação de subordinação frente às regiões mais dinâmicas da economia brasileira, mas igualmente por “dinâmica própria e até certo protagonismo na geração de renda no espaço local”. O retrato é feito por Marcos Arriel, economista, gestor governamental no Instituto Mauro Borges (IMB), da Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado (Segplan-GO).

Os resultados de suas observações e de levantamento inédito de dados históricos sobre o setor em Goiás estão detalhados em tese de doutorado defendida em março deste ano perante o Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa) da UFG, como parte do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. A tese, que ganhou o

título de *A Dinâmica Produtiva e Espacial da Indústria Goiana*, demonstra que “a indústria goiana não pode ser vista somente com o olhar da indústria brasileira, ela tem sua dinâmica própria, seu próprio período”, na descrição de Arriel, mestre em desenvolvimento e planejamento territorial pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e doutor em geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

Estudos e trabalhos sobre o setor, acrescenta o economista, em geral partem de pontos de vista que colocam a indústria goiana e seu desenvolvimento exclusivamente a reboque da indústria nacional, subordinados mais especificamente “ao espaço de São Paulo”, deixando em segundo plano ou mesmo desconsiderando outros determinantes históricos que ajudaram na construção do setor em Goiás desde seus primórdios.

O trabalho define quatro períodos históricos ao longo

do processo de industrialização no Estado, cobrindo os anos de 1910 a 1935, dali até 1960, de 1960 a 1985 e de meados dos anos 1980 até o momento atual. A partir dessa definição, o estudo tratou de investigar dados históricos sobre a evolução da indústria no Estado, relacionando-os a fatores específicos de cada período. Igualmente buscou identificar o perfil produtivo do setor e sua transformação ao longo do tempo e apresentar a dinâmica espacial da indústria em Goiás, destacando os municípios “com maior capacidade” de assumir o papel de polo de atividades industriais.

A tese chega a avaliar, ainda, os efeitos iniciais da crise sobre o setor, que induziram a um retrocesso mais evidente em segmentos de maior conteúdo tecnológico, a exemplo das montadoras de veículos. “O problema conjuntural recente é um convite à reflexão sobre o futuro do setor no Estado”, diz ele. “Se até 1960 a indústria foi impulsionada pelo mercado interno, pelo processo acelerado de urbanização e, mais tarde, a partir de 1985, também pelos

estímulos criados por políticas de atração de investimentos, com base em incentivos fiscais, as mudanças mais recentes na economia permitem questionar se esse padrão será suficiente para assegurar o crescimento do setor industrial em Goiás nos próximos anos”, propõe Arriel.

O economista lembra que, principalmente no caso de Anápolis, a instalação de uma montadora não veio acompanhada da construção de um complexo de fornecedores e sistematizações que pudessem incrementar e consolidar um parque produtivo mais integrado. “Por outro lado, a demanda mundial por alimentos tende a continuar crescente. Portanto, produzir, processar, verticalizar e agregar valor à cadeia de produção de bens alimentícios pode fazer sentido”, sustenta. Além dos alimentos, o setor mineral, que hoje exporta seus produtos praticamente in natura, poderia ser adensado, com maior agregação de valor, reforçando as exportações, assim como a geração de valor no Estado.

Nos trilhos da ferrovia

A primeira fase da industrialização do Estado, conforme identifica a tese do economista Marcos Arriel, foi marcada, entre 1910 e 1935, pela produção de charque e couro. O semiprocessamento da carne bovina ocorria ao longo do eixo da ferrovia entre Catalão e Ipameri e a produção era destinada principalmente para suprir a demanda no complexo cafeeiro de São Paulo, inicialmente, e Minas Gerais, mais tarde.

A extensão da ferrovia a Anápolis, a partir de 1935, segundo Arriel, leva a uma ainda incipiente interiorização da indústria. “Além de charqueadas, o setor industrial naquela época passa a processar produtos agrícolas, atuando, sobretudo, no beneficiamento do arroz e na torrefação do café.” Inicia-se, nesta segunda etapa, a produção de minerais não-metálicos (areia, brita, cerâmica, tijolos e telhas, entre outros), setor que seria “fundamental para abastecer a construção de Goiânia e de Brasília, esta já no final dos anos 1950”, acrescenta ele.



■ Marcos Arriel, do IMB: “A urbanização rápida foi um incentivo para a indústria”

POLÍTICAS DE APOIO AO SETOR

Na década de 1960 em diante, começam a ser desenhadas e colocadas em prática as primeiras políticas expressas de apoio à indústria, avaliadas por Arriel como “divisor de águas” no processo de industrialização, gerando diferencial que permitiria os avanços verificados nas décadas seguintes. Entre 1960 e 1985, a indústria torna-se ligeiramente mais complexa, com avanços dos setores de minerais não-metálicos e também de vestuário, ao mesmo tempo em que o Estado amplia sua infraestrutura, com expansão das rodovias. A mudança de opção pelo modal rodoviário, com abandono virtual das ferrovias, correspondeu a uma opção de governo, conforme Arriel, com maior aproximação do setor automobilístico no cenário nacional.

A industrialização foi impulsionada ainda, ao longo do período, pela urbanização crescente e pelo avanço do mercado interno. Até 1950, quando a população total no Estado somava 1,214 milhão de almas, em torno de 80% estavam no campo, num total de 969,0 mil pessoas. Duas décadas depois, com a população crescendo para 2,938 milhões, metade já havia se instalado nos centros urbanos, proporção que avançou para praticamente dois terços dos 3,8 milhões de habitantes nos anos 1980. “A urbanização rápida foi um incentivo para a indústria, que passou a se concentrar no eixo Anápolis/Goiânia, situação observada até por volta de 1980”, reforça Arriel.

Durante o governo de Mauro Borges, entre 1961 e 1965, recorda o economista, foram criadas a Secretaria de Indústria e Comércio e uma série de leis que ofereciam pela primeira vez apoio institucional à indústria, envolvendo instrumentos de crédito e outras formas de suporte direto e indireto ao setor, assim como fomento à infraestrutura e à agricultura.

Nessa terceira fase da industrialização, desenvolvem-se ainda as indústrias química (fertilizantes, adubos e tintas), farmacêutica, extrativa mineral (principalmente fosfato, ouro, níquel, calcário e areia) e a metalurgia básica, com a produção de esquadrias metálicas para a construção civil.

Numa etapa mais recente, de 1985 a 2014, a industrialização passou a ser moldada pelas políticas de incentivos fiscais, mas não exclusivamente, observando-se adicionalmente crescente integração entre pecuária, agricultura e produção industrial, com verticalização relativa também no setor mineral. Goiás passa a abrigar o segundo maior parque produtor de etanol no País, novamente numa atividade estreitamente ligada à agricultura.

Ainda nessa fase, acrescenta Arriel, as cadeias produtivas locais passam a anotar maior integração com as cadeias nacionais,

Muda estrutura da indústria em Goiás

(Participação por setor no valor da transformação industrial (VTI), em %)

| Setores de atividade | 1996 | 2000 | 2005 | 2010 | 2014 |
|--|------|------|------|------|------|
| Indústrias extrativas | 5,9 | 7,6 | 4,3 | 7,1 | 4,9 |
| Indústrias de transformação | 94,1 | 92,4 | 95,7 | 92,9 | 95,1 |
| Fabricação de produtos alimentícios e bebidas | 46,8 | 50,7 | 50,5 | 42,2 | 45,4 |
| Fabricação de produtos do fumo | - | - | - | - | - |
| Fabricação de produtos têxteis | 1,4 | 0,8 | 0,3 | 0,4 | 0,4 |
| Confeção de artigos do vestuário e acessórios | 6,4 | 3,2 | 2,9 | 3,4 | 4,1 |
| Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos e calçados | 1,2 | 1,4 | 1,5 | 0,4 | 0,9 |
| Fabricação de produtos de madeira | 0,5 | 0,7 | 0,4 | 0,4 | 0,2 |
| Fabricação de celulose, papel e produtos de papel | 0,6 | 0,6 | 1,8 | 1,9 | 1,4 |
| Edição, impressão e reprodução de gravações | 3,0 | 2,4 | 1,3 | 0,5 | 0,4 |
| Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool | 6,2 | 2,0 | 3,8 | 9,3 | 10,9 |
| Fabricação de produtos químicos e farmacêuticos | 11,7 | 11,3 | 11,2 | 8,4 | 10,0 |
| Fabricação de artigos de borracha e plástico | 2,2 | 1,3 | 1,4 | 1,5 | 1,6 |
| Fabricação de produtos de minerais não-metálicos | 6,5 | 6,1 | 2,6 | 3,9 | 3,4 |
| Metalurgia básica | 4,0 | 7,4 | 6,9 | 3,6 | 3,1 |
| Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos | 1,4 | 2,0 | 4,4 | 2,3 | 1,7 |
| Fabricação de máquinas e equipamentos | 0,4 | 0,5 | 0,7 | 3,4 | 2,5 |
| Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática | - | - | - | 0,1 | 0,1 |
| Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,9 |
| Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias | 0,3 | 0,4 | 4,5 | 9,1 | 4,9 |
| Fabricação de outros equipamentos de transporte | 0,1 | 0,2 | 0,1 | - | - |
| Fabricação de móveis e indústrias diversas | 0,9 | 1,0 | 0,8 | 1,7 | 2,2 |
| Outras | 0,3 | 0,2 | 0,5 | 0,3 | 1,0 |

Fonte: IBGE/PIA - Elaboração Arriel, Marcos in A Dinâmica Produtiva e Espacial da Indústria Goiana



■ **Agregando valor à produção:** setor de produção de etanol elevou sua participação na indústria de 2,0% em 2000 para 11,8% em 2015

com avanço dos setores mais intensivos em tecnologia. Isso inclui o parque de indústrias farmacêuticas e a consolidação de um polo de produção de medicamentos genéricos, a chegada das montadoras de veículos, de forma mais destacada em Catalão e, na sequência, em Anápolis, e de máquinas e equipamentos, sobretudo no setor agrícola. Verifica-se a “polarização” da indústria, prossegue Arriel, com a consolidação de cinco polos conectados ao restante do País, formados pelo eixo Anápolis-Goiânia-Aparecida de Goiânia, Catalão, Itumbiara, Rio Verde e Jataí.

ALTOS E BAIXOS EM SETORES MAIS TECNOLÓGICOS

No quarto e último período da estratificação construída por Marcos Arriel, com base em referências históricas, “a elevação na participação de segmentos industriais como as indústrias de montagem de veícu-

los e a química e farmacêutica, na geração da renda do setor industrial, e a redução de outros, como a de confecções de vestuário e fabricação de minerais não-metálico, produziram alterações no perfil produtivo industrial”.

Tomando a classificação definida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Arriel aponta redução na participação do setor de baixa intensidade tecnológica (extração de minerais metálicos e não-metálicos, alimentos e bebidas, fumo, têxteis, confecções, couro e calçados, produtos de madeira e móveis, gráficas e processamento de minerais não-metálicos). A participação desse tipo de indústria no VTI (valor da transformação industrial), que se aproximava de 99% até os anos 1950, recuou para 96% na década seguinte, atingindo 84,3% em 1980.

Mas em 1985 aquela fatia desabou para 74,75% e continuou encolhendo até 2010,

quando passou a responder por 60% do VTI. Em 2014 e 2015, no entanto, com a crise castigando mais os setores de alta tecnologia, a exemplo das montadoras de veículos, a indústria de baixa intensidade tecnológica elevou sua fatia ligeiramente para algo em torno de 62% (61,9% em 2014 e 62,1% no ano seguinte, conforme dados do IMB).

As indústrias “classificadas como de alta intensidade tecnológica (etanol, máquinas e equipamentos, informática, produtos eletrônicos e ópticos, máquinas e aparelhos elétricos e veículos) aumentaram de 2,8%, no ano de 1985, para 19,3% em 2014”, registra Arriel, acrescentando que “as atividades classificadas com média-alta e média-baixa intensidade tecnológica pouco tiveram alteração durante o período”.

O dado para 2014 já apontava leve perda de espaço para o setor de alta tecnologia, já que sua fatia havia alcançado 22,0% em 2010. A pesquisa de 2015, de acordo com

estatísticas do IBGE trabalhadas pelo IMB, mostra que a participação se reduziu para 18,0%, mas bem acima dos níveis registrados até o final do século passado. A queda está associada, em grande parte, ao tombo verificado no setor de fabricação e montagem de veículos automotores, que despencou de 9,1% em 2010 para 4,9% em 2014, recuando para 3,7% no ano seguinte.

Arriel destaca, ainda, que os segmentos de confecção de vestuários e de fabricação de minerais não-metálicos, embora continuem “como grandes empregadores de mão de obra, perderam espaço no VTI. O primeiro participava com 6,4% do VTI estadual em 1996, reduzindo para 4,1% em 2014. O segundo apresentou queda ainda mais brusca, de 6,5% do VTI, em 1996, para 3,4% em 2014. Esse segmento chegou a representar 23% do VTI goiano em 1980.”

O peso do Estado no cenário nacional

Nas últimas três décadas, a participação da indústria goiana no valor da transformação industrial (VTI) em todo o País saiu de apenas 0,73% em 1985 para 2,76% em 2015, dado da mais recente Pesquisa Industrial Anual (PIA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trabalhado pelo Instituto Mauro Borges (IMB). Os períodos de maior avanço relativo, no entanto, foram observados entre 2000 e 2005 e na segunda metade da década passada, quando a fatia goiana evoluiu de 1,09% para 1,58%, numa primeira fase, e dali para 2,20% em 2010, com altas respectivamente de 45% e de 39%.

Em ritmo de desaceleração, ditada provavelmente pela crise do período, a participação goiana no VTI da indústria brasileira cresceu 25,5% entre 2010 e 2015. Ainda que o movimento tenha perdido intensidade, os indicadores demonstram que o conjunto da indústria no Estado conseguiu manter taxas de crescimento mais acentuadas do que a média brasileira. ■

Murilo Mattos / Green Pixel



■ **Montadora de veículos em Catalão:** setor chegou a responder por 9,1% do valor da transformação industrial em 2010, antes da crise, e teve sua participação reduzida para 3,7% em 2015

Mais tecnologia agregada

(Estrutura da indústria goiana segundo a intensidade tecnológica*, em %)

| Intensidade tecnológica | 1985 | 1996 | 2000 | 2005 | 2010 | 2014 |
|-------------------------|-------|-------|-------|-------|------|-------|
| Baixa | 74,75 | 72,60 | 73,90 | 64,60 | 60,0 | 61,90 |
| Alta | 2,80 | 7,10 | 3,10 | 9,10 | 22,0 | 19,30 |
| Média-alta | 11,01 | 11,80 | 11,50 | 11,30 | 8,40 | 10,0 |
| Média-baixa | 10,64 | 8,20 | 11,30 | 14,50 | 9,30 | 7,80 |
| Diversas | 0,80 | 0,30 | 0,20 | 0,50 | 0,30 | 1,00 |

(*) Classificação com base em OCDE (2003)

Fonte: IBGE - Elaboração Arriel, Marcos in A Dinâmica Produtiva e Espacial da Indústria Goiana

Participação da indústria goiana no cenário brasileiro

| Período | Número de estabelecimentos | Pessoal empregado | Valor da transformação industrial |
|---------|----------------------------|-------------------|-----------------------------------|
| 1985 | 2,87% | 0,92% | 0,73% |
| 1996 | 2,12% | 1,58% | 1,12% |
| 2000 | 2,66% | 1,92% | 1,09% |
| 2005 | 2,75% | 2,24% | 1,58% |
| 2010 | 3,21% | 2,70% | 2,20% |
| 2014 | 3,41% | 3,02% | 2,56% |
| 2015* | 3,37% | 3,12% | 2,76% |

(*) IMB

Fonte: IBGE/PIA - Elaboração Arriel, Marcos in A Dinâmica Produtiva e Espacial da Indústria Goiana



■ **Mercado de trabalho:** 47% das empresas pesquisadas esperam contratar mais pessoal e metade delas não vai demitir

Empresas preparam-se para voltar a investir

Depois de dois anos sem registrar anúncios de investimento, pesquisa do IEL Goiás e Fieg mostra que 50% das empresas têm planos para investir em 2018

Muito embora a economia do município represente algo próximo a 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás no dado mais recente divulgado, referente a 2014, segundo o Instituto Mauro Borges (IMB), Catalão atraiu 6,3% dos investimentos anunciados para todo o Estado entre 2004 e 2014. Conforme a relação apurada pela Rede Nacional de Informações sobre Investimento (Renai), criada a partir de uma parceria en-

tre o governo federal, Estados, por meio de suas secretarias de desenvolvimento, e entidades empresariais, os investimentos anunciados para o município somaram, no período, US\$ 1,237 bilhão, concentrados no final da primeira metade da década. Em todo o Estado, os anúncios chegaram a US\$ 19,8 bilhões.

Executados até 2015, os investimentos do Grupo Souza Ramos/Mitsubishi e da Anglo American, que em 2016 vendeu seus ativos de nióbio e fosfato para a China Molybdenum Company (CMOC), responderam por 74,6% do total destinado a Catalão. A planta de montagem de veículos da Mitsubishi recebeu US\$ 597,83 milhões para dobrar sua produção para 100 mil unidades por ano e para a instalação de uma fábrica de motores. A Anglo injetou US\$ 325,0 milhões em sua unidade de nióbio, elevando a capacidade instalada para 6,5 mil toneladas. ▶



■ **Mineração e mercado internacional: metade das mineradoras de Catalão exporta sua produção**

Nos últimos dois anos, no entanto, a Renai não conseguiu mapear nenhum anúncio de investimentos para a região, também atingida pela crise, cenário que poderá se alterar daqui para frente, conforme identifica a quarta etapa do projeto Polos Industriais do Estado de Goiás, desenvolvido pela Fieg no âmbito do Mapa Estratégico da Indústria Goiana – Projeto Goiás 2020. Nesta edição, a federação pesquisa e avalia o polo industrial de Catalão, depois de estudar e diagnosticar vantagens e carências dos polos de Anápolis, Aparecida de Goiânia e Rio Verde, encaminhando soluções para superar gargalos e destravar os investimentos naquelas regiões.

“O objetivo é fazer um diagnóstico desses concentrados industriais, identificando vocações regionais, oportunidades de expansão dos negócios e gargalos para o desenvolvimento, no sentido de contribuir para uma política industrial estadual eficiente. O diagnóstico busca mapear as principais características e identificar

as necessidades”, explica Pedro Alves de Oliveira, presidente da Fieg. As próximas etapas incluirão Itumbiara, a região do Norte Goiano, o Entorno do Distrito Federal e Goiânia.

Em Catalão, o estudo foi realizado em três etapas, iniciando-se com a caracterização geral do polo a partir do levantamento de informações secundárias disponíveis em fontes oficiais, e seguindo com a realização de duas pesquisas primárias, uma delas qualitativa, envolvendo entrevistas individuais e workshops com presidentes de sindicatos e empresários. Essa fase do trabalho subsidiou a realização de uma segunda pesquisa, agora quantitativa, durante a qual foram explorados o perfil das empresas da região, sua área de atuação, expectativas e projetos, recursos humanos, plano de vendas, questões ambientais, entre outros temas.

O estudo contempla 58 empresas, das quais 45 instaladas no Distrito Mineral de Catalão (Dimic) e em 13 outros pontos da cidade, incluindo três minera-

doras e dez empresas de setores diversos consideradas relevantes para a região. Da amostragem total, 62% são empresas goianas, 84% são de micro e pequeno porte e a maioria (66%) está no mercado há mais de uma década, conforme levantamento realizado sob encomenda pelo IEL Goiás.

Entre outros números, a pesquisa mostra que metade das empresas entrevistadas tem planos de investimento para 2018 e, dentre estas, 90% planejam investir na ampliação de suas unidades, enquanto outras 14% desejam construir novas plantas na cidade. Um percentual não desprezível de 43% da amostra informa não ter planejado novos investimentos para o próximo ano e 7% possuem planos, mas decidiram adiar sua execução por conta da crise.

A distribuição das respostas segue itinerário semelhante quando perguntadas sobre sua expectativa em relação ao quadro de pessoal. A expectativa de 47% das empresas entrevistadas é de expansão do total de contratados, mas 50% pretendem manter o quadro atual, o que pode



■ **Oportunidade de negócios:** 93% das empresas pesquisadas gostariam de comprar matérias-primas de fornecedores locais

ser visto como uma notícia positiva diante do desempenho do mercado de trabalho nos últimos anos, e apenas 3% esperam redução de pessoal. Entre as empresas que alimentam a perspectiva de contratações, 92% delas afirmaram que o aumento no número de empregados deverá ocorrer na área operacional.

Impactos da crise

A indústria de transformação havia fechado 1.826 empregos formais entre 2014 e 2016 no município, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), um corte expressivo, correspondente a pouco mais de um terço (33,7%) do total de empregados no setor em 2016. A indústria de material de transportes chegou a dispensar 1.186 (65% dos afastamentos realizados pelo setor de transformação). Incluindo todos os setores de atividade, foram desligados do emprego 1.963 trabalhadores naquele mesmo período

FALTA PESSOAL CAPACITADO

Embora indiquem o desejo de novas contratações, a maioria das empresas pesquisadas, num percentual de 85% da amostra, aponta a falta de pessoal capacitado como principal problema enfrentado no recrutamento e na seleção de novos trabalhadores. Esse percentual varia de 57%, entre as grandes, a 100% no caso das médias empresas. A mesma dificuldade é anotada por 88% das microempresas e por 94% das pequenas.

Analisando perfil dos candidatos à contratação, 54% e 49% das empresas do município apontam, respectivamente, falta de conhecimento específico da ocupação e dificuldade para encontrar soluções e resolver problemas, o que denota falta de iniciativa e de criatividade, conforme a pesquisa.

Ainda no setor de pessoal, entre as 58 empresas que participaram do trabalho, 64% trabalham com plano de capacitação ou capacitam seus empregados de forma regular, mas 77% informam enfrentar di-

ficuldades para investir em qualificação de mão de obra e 60% apontam a falta de ofertas de cursos adequados como a principal razão. Como as questões comportam múltiplas respostas, 43% dos entrevistados consideram elevados os custos de capacitação e 30% relacionam a elevada rotatividade dos funcionários.

Apenas 1% exporta produção

A pesquisa ainda identificou que 47% das empresas ouvidas dispõem de um plano estruturado para expansão de suas vendas, que se concentram basicamente no mercado local e regional. Apenas 1% dos entrevistados do Dimic exporta seus produtos, mas metade das mineradoras, instaladas fora do distrito, atua no mercado internacional como exportadoras. Entre as empresas de grande porte, considerando a amostra total investigada, 71% delas têm planos estruturados para expandir as vendas, percentual que sobe para 100% entre as de porte médio, baixando para 48% e para 39% entre as pequenas e microempresas, ►

pela ordem. Dentro do distrito, todas as grandes e médias empresas mantêm panos estruturados na área de vendas.

A carência de mão de obra qualificada foi apontada por 30% das empresas como a maior dificuldade para concretização de planos estruturados de vendas, seguido pela falta de capacidade de gestão (com 15% das respostas), falta de capacidade produtiva e custo competitivo para atender ao mercado de exportação (ambas as opções com 11% das respostas). Pouco mais de um quinto das empresas do distrito, mais precisamente 22% delas, vendem sua produção para outros Estados, especialmente para São Paulo e Minas Gerais.

Obstáculos à compra local

Em torno de 49% das matérias-primas consumidas por 45 empresas do Dimic ouvidas pela pesquisa são importadas e somente 4% delas são compradas em Catalão e na região de influência do município. Outros 15% vêm de outras regiões goianas e 32% de outros Estados. No caso das mineradoras, a aquisição em outros Estados do País chega a 88%, restando 12% a Catalão e região. As demais empresas importam 30% e adquirem 35% fora de Goiás, reservando 35% das compras para o Estado (19% em Catalão e 16% em outras cidades).

Num indicativo das oportunidades de mercado para fornecedores regionais, 93% das empresas entrevistadas gostariam, se pudessem, de suprir suas necessidades de matérias-primas no mercado local e 17% prefeririam consumir serviços de manutenção igualmente oferecidos por empresas da região. Isso não ocorre porque, de acordo com 78% das entrevistadas, há insuficiência de oferta local e para 40% delas, o preço do produto local é mais elevado. De outro lado, apenas 9% indicaram baixa qualidade da matéria-prima oferecida.

Na área de transporte, o alto custo logístico e as condições deficientes das estradas foram apontados como obstáculos por

79% e 58% das empresas participantes da pesquisa, seguidos pela falta de um porto seco em Catalão, com 14% das indicações.

Energia e meio ambiente

Ainda de acordo com o trabalho, no que diz respeito à qualidade e ao fornecimento de energia elétrica, 41% das empresas acreditam que o uso de energias alternativas (bioenergia, solar e eólica) pode ser uma solução ótima para atender à demanda industrial futura. Mas muitas empresas ponderam que aquelas fontes são ainda uma promessa que não deverá se realizar num futuro próximo. Apenas

38% das empresas informaram possuir instalações que garantem o fornecimento de energia independentemente de problemas que possam surgir.

Na área ambiental, um percentual elevado – nada menos do que 93% – dos gestores ouvidos informou ter conhecimento da legislação e que suas empresas dispõem de licenciamento ambiental. A demora na análise dos pedidos de licença ambiental, de toda forma, foi indicada como um obstáculo à legalização ambiental por 73% deles. Praticamente metade das empresas (47%) destina seus resíduos a empresas de reciclagem para tratamento. ■



Ações para o desenvolvimento futuro das empresas de Catalão

(Dez principais itens por grau de importância e prioridade, com pontuação de 1 a 4, onde 1 representa o mais importante e 4 o grau de menor importância)

| Descrição | Importância | Prioridade |
|-------------------------------|-------------|------------|
| Fornecimento de água e esgoto | 1,71 | 1º |
| Segurança no distrito | 1,57 | 2º |
| Fornecimento de energia | 1,63 | 3º |
| Iluminação pública | 1,48 | 4º |
| Conservação e limpeza | 1,64 | 5º |
| Transporte coletivo | 1,91 | 6º |
| Capacitação | 1,75 | 7º |
| Acesso e entrada no Dimic | 1,65 | 8º |
| Licença ambiental | 1,81 | 9º |
| Telefonia móvel | 1,89 | 10º |

Fonte: IEL Pesquisas/2017
Base: 58 empresas



Problemas que prejudicam o desenvolvimento das empresas do polo industrial

| Itens mencionados | Gravidade (1 a 4) | Impacto (1 a 4) |
|---|-------------------|-----------------|
| Falta de segurança na área interna do distrito | 3,3 | 3,2 |
| Lotes vagos no distrito | 3,1 | 2,6 |
| Falta de sinalização de trânsito interna | 3,1 | 2,8 |
| Insuficiência de suprimento de energia | 3,0 | 3,1 |
| Falta de placas com nome das empresas do distrito | 3,0 | 2,7 |
| Realização de pesquisa para identificar a real necessidade das empresas instaladas no distrito quanto à melhoria da infraestrutura | 3,0 | 2,9 |
| Carência de eventos e palestras para os trabalhadores do distrito, que propiciem integração e qualificação | 2,9 | 2,9 |
| Insuficiência de transporte coletivo de acesso ao distrito | 2,8 | 2,5 |
| Deficiência no tratamento de esgoto do distrito | 2,8 | 2,8 |
| Deficiência na qualidade dos serviços de abastecimento e tratamento de água no distrito | 2,8 | 2,3 |
| Desorganização do tráfego interno de veículos e estacionamento no distrito | 2,8 | 2,4 |
| Congestionamento de veículos no acesso ao distrito | 2,8 | 2,4 |
| Inexistência de um Centro de Informações Econômicas do distrito (nº de indústrias, nº de empregados, aquisição de insumos, importação e exportação, etc.) | 2,7 | 2,4 |
| Inexistência de espaços no distrito para realização de cursos, palestras e seminários | 2,7 | 2,4 |
| Ausência do aeroporto | 2,5 | 2,4 |

Fonte: IEL Pesquisas/2017
Base: 58 empresas



“Ao melhorar o clima e reduzir consideravelmente a incidência de acidentes, a produtividade tende a crescer em médio e longo prazo.”

RENATO CORREA NETTO, diretor industrial da Ontex, sobre atendimento em NR-12 à Active Indústria de Cosméticos, empresa do grupo

O bê-á-bá da NR-12

Consultoria do Senai Goiás, 1º da rede no Brasil a ter um especialista em segurança de máquinas e equipamentos com certificação mundial, ajuda indústrias na adequação à norma e a prevenir acidentes

Andelaide Lima
Fotos: Alex Malheiros

Dados do Ministério do Trabalho mostram que em apenas dois anos, de 2011 a 2013, mais de 13 mil trabalhadores sofreram acidentes em máquinas e equipamentos, dos quais 601 morreram e que, diariamente, 12 foram amputados, em média, no Brasil. Os números são alarmantes e mostram que há ainda muito a ser feito em ações de capacitação, conscientização e prevenção, além de investimentos em melhorias nos processos produtivos.

Voltada para garantir a saúde e integridade física de trabalhadores em atividades com uso de máquinas e equipamentos, a Norma Regulamentadora (NR-12), alterada recentemente, vem desafiando as indústrias no processo de adequação e cumprimento da lei.

Nesse contexto de alto índice de acidentes e para ajudar as empresas a atender à norma técnica, o Senai Goiás oferece às indústrias consultoria com metodologia específica para adequação. O atendimento abrange a realização de diagnóstico técnico, análise de riscos, projetos de adequação (mecânico e elétricos), apreciação dos riscos e capacitação, além de outras ações.

As atividades são desenvolvidas pelo Núcleo de Legislações, Normas e Regulamentos Técnicos do Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas, de Goiânia. O núcleo é coordenado pelo engenheiro eletricista Joel Mário de Souza, que obteve recentemente a certificação CMSE® - Certified Machinery Safety Expert (certificado de especialista em segurança de máquinas), concedida pela TÜV

Nord, órgão internacional com sede na Alemanha. Com a conquista, o IST em Alimentos e Bebidas passa a ser a primeira unidade da rede Senai no Brasil a ter um especialista em segurança de máquinas e equipamentos com certificação mundial. Além disso, consolida-se como instituição referência em certificação NR-12 (veja box).

CAPACIDADE TÉCNICA RECONHECIDA

A NR-12 dispõe de uma série de requisitos que devem ser adotados pelas indústrias, incluindo utilização de dispositivos de segurança, sinalizações, equipamentos de proteção, entre outras exigências. “A consultoria é realizada por uma equipe

multidisciplinar e engloba todas as ações necessárias para que a empresa possa atender aos requisitos da norma e alcançar a conformidade legal, contribuindo para redução do número de acidentes com máquinas e equipamentos”, diz Joel Mário de Souza.

Estruturado em 2014, o Núcleo de Legislações, Normas e Regulamentos Técnicos já realizou 172 atendimentos destinados à implantação da NR-12 em mais de 50 empresas. Uma delas é a Active Indústria de Cosméticos, do Grupo Ontex – multinacional do setor de soluções de higiene pessoal.

Diretor industrial da Ontex, Renato Correa Netto explica que as adequações nas máquinas das diversas linhas de produção da fábrica visam aumentar a



■ **Joel Mário de Souza, engenheiro eletricista do Senai Goiás, primeiro no País a ter um especialista em segurança de máquinas e equipamentos com certificação mundial**



segurança dos operadores e são feitas em três etapas. A primeira é a identificação dos pontos que precisam ser trabalhados, feita em parceria com o Senai. A segunda fase é a construção das guardas e módulos que impedem o acesso às máquinas que estão em funcionamento. A última etapa inclui a verificação e validação dos projetos implementados, além do treinamento dos operadores, realizados pelo Senai.

“Iniciamos as adequações em nossa planta há dois anos. Atualmente, a primeira etapa já foi concluída em 100% das linhas e entre 40% e 50% já passaram pelas fases dois e três. Ao aprimorar a segurança, per-

cebemos que houve melhora no clima da fábrica, com operadores mais seguros e carga menor de estresse. Ao melhorar o clima e reduzir consideravelmente a incidência de acidentes, a produtividade tende a crescer em médio e longo prazo”, observa.

O diretor destaca que o trabalho realizado em parceria com o Senai possibilita a implantação de uma solução já testada e desenvolvida, com conteúdo técnico definido. “A instituição é reconhecida por sua seriedade e alta capacidade técnica, com isso o projeto ganha credibilidade, principalmente junto ao público interno e externo”, avalia.

MERCADO GLOBAL

Para obter a certificação CMSE®, o coordenador do Núcleo de Legislações, Normas e Regulamentos Técnicos, Joel Mário de Souza, participou de treinamento e avaliação realizados em agosto, na Pils do Brasil, parceira da TÜV Nord, em São Bernardo do Campo (SP). Na prova teórica, ele acertou 37 das 40 questões relacionadas aos temas específicos para segurança de máquinas, avaliação de risco, dispositivos de proteção mecânicos, componentes e tecnologias de segurança, exigências de segurança elétrica e segurança funcional de sistemas de comando. Os 92,5% de acertos garantiram a maior nota da turma, formada por profissionais de grandes empresas, como Johnson & Johnson e Kraft Heinz.

“Como se trata de um certificado reco-

nhecido internacionalmente, podemos impulsionar nossas ações em segurança de máquinas e equipamentos, fortalecendo nossa posição no setor. Além disso, entre outras atividades, a partir de agora temos total condições de definir os critérios de segurança que a máquina deve possuir ao ser importada/exportada da Europa para o Brasil e vice-versa, auxiliando nossos clientes de forma global, uma vez que o âmbito da certificação vai além da NR-12, pois alcança o mercado mundial”, destaca Souza.

Além das ações para adequação à legislação, o Senai realiza diversas atividades de qualificação profissional na área de saúde e segurança do trabalho, coordenadas pela Escola Senai Vila Canaã, em Goiânia - referência na formação de mão de obra para o setor. ■



■ Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas: complexo recém inaugurado consolida como referência em certificação NR-12

■ **Exploração de ouro pela AngloGold, em Crixás, no Norte Goiano: mineradora aposta no fortalecimento de pequenos negócios da região como fornecedores para suas atividades**

Mais valor e engajamento local

Programa de Desenvolvimento de Fornecedores tem impacto positivo em atividades e negócios de pequenas empresas em Crixás. AngloGold Ashanti dá maior amplitude ao inserir associações com seus empreendimentos sociais

Célia Oliveira
Fotos: Mizaël Messias

Motivada com o impacto do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF) no Norte Goiano, deflagrado em 2013 em parceria com outras mineradoras, a AngloGold Ashanti iniciou, em agosto, o 3º ciclo de atividades, em Crixás, região onde mantém unidade de negócio de extração de ouro, a Mineração Serra Grande. Com outras duas unidades, em Minas Gerais, a mineradora tem posição de destaque no Brasil, onde completou em 2017 trajetória de 183 anos de atuação.

Com o programa do Instituto Eivaldo Lodi (IEL),

“**Adotamos metas e uma delas é aumentar nossa participação com as compras que fazemos localmente, contando com fornecedores desenvolvidos em termos de qualidade de gestão, preço e prazo.**”

ROGÉRIO COSTA, gerente de Sustentabilidade da AngloGold Ashanti



retomado de forma autônoma no ano passado, a mineradora envolveu 15 pequenas empresas fornecedoras de diferentes segmentos. “Conseguimos aumentar o volume de compras locais, tatear a melhoria na gestão da qualidade, de produtos e serviços nos apresentados pelos fornecedores”, analisa o gerente de Sustentabilidade, Rogério Costa.

De acordo com ele, esses e outros ganhos com o programa beneficiaram toda a cadeia de valor da mineradora, o que levou ao lançamento do 3º ciclo do PDF. “Com esse novo ciclo, seguimos com o programa para gerar e ampliar as oportunidades no município e região”, observa Costa, que aponta ainda maior engajamento com as empresas locais e valores em toda a cadeia.

NOVOS CAMINHOS

Focada em adquirir serviços locais por meio do desenvolvimento de fornecedores, a mineradora aposta na sustentabilidade das pequenas empresas, dando-lhes alternativas para atividades que possam conduzi-las a um mercado maior.

Além do PDF Goiás, a AngloGold Ashanti colabora para o estabelecimento de novos caminhos para a integração do fornecedor ao mercado, ao criar o Parceria Sustentável, programa voltado à auto-sustentabilidade dos empreendimentos sociais para incentivar o desenvolvimento local das comunidades onde a mineradora opera. A estratégia é fomentar novos negócios para as famílias capazes de gerar renda e emprego, uma das preocupações manifestadas por diretores dessas pequenas empresas.

Algumas das associações selecionadas no Parceria Sustentável foram inseridas no PDF, a partir do 3º ciclo. “O Parceria Sustentável e o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores somam para a habilidade da gestão, estimulando as pequenas a se tornarem estruturadas de forma a serem



“Eu vi neste programa um futuro melhor, de mais negócios. Tenho expectativas com as rodadas de negócios para aumentar os clientes”.

EGIVONE ALVES E SILVA, presidente da Associação Mãos que Criam, de Crixás

“O IEL sempre nos visita e nos traz boas ideias.”

VANDA SILVA, presidente da Associação Sabão Aquarela, de Crixás



mais independentes e permanentes”, diz o gerente Rogério Costa, acrescentando que a expectativa é tornar as associações grandes fornecedoras no futuro. “Ao inseri-los no programa, almejamos pela liberdade e pelo caminhar seguro desses empreendimentos sociais”, afirma Rogério Costa.

UM NOVO TEMPO

Contemplada no programa Parceria Sustentável e inserida no PDF Goiás, a Associação Mãos que Criam vislumbra um horizonte promissor. Criado em 2009,

o pequeno negócio na área de confecção de uniformes foi consolidado em 2017. Sete costureiras atendem a nove clientes e, com aporte financeiro da mineradora, compraram 13 máquinas, investiram em tecidos e aviamentos.

A próxima etapa é a preparação da associação para caminhar com as próprias pernas, aprendendo sobre gestão e mercado. “Os aportes recebidos foram um presente especial porque conseguimos instrumentos”, diz a presidente da associação, Egivone Alves e Silva.

Mulher de negócios, ela já confia que o

programa será a ferramenta de que precisa para crescer e transformar a associação em cooperativa. “Queremos no futuro conquistar clientes, ampliar a produção de uniformes e gerar mais emprego.”

Igualmente beneficiada com aporte financeiro da AngloGold Ashanti e indicada para o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF Goiás), a Associação do Sabão Aquarela aposta em melhorar a produção.

Vanda Silva, presidente do negócio desde a fundação, há quatro anos, sempre contou com a ajuda da mineradora, que doava, também, parte significativa do óleo empregado na fabricação de sabão em barra, ralado e líquido.

Integrante do Parceria Sustentável, agora, a associação ganha novos ares para prosseguir com o negócio, que conta com oito funcionários na produção de 120 quilos de sabão por semana, do tipo em barra e ralado.

“Os aportes nos ajudaram com a compra do maquinário indispensável”, reconhece Vanda Silva, ao acrescentar que a ajuda também colaborou com o aumento das vendas e da renda das famílias. “Com o PDF quero melhorar a produção e colocar a associação na linha de ordem.”

De acordo com a coordenadora do PDF e gerente de Desenvolvimento Empresarial do IEL Goiás, Sandra Márcia Silva, a parceria com a AngloGold Ashanti fomenta e incentiva a gestão sustentável na cadeia de fornecimento da mineradora, criando e elevando as condições e a competitividade das pequenas empresas e empreendimentos. “Nossa pretensão é de que, ao final de cada ciclo, essas empresas estejam mais qualificadas para atender não somente às demandas da mineradora, mas de outros segmentos produtivos em diversos mercados.”



Participante desde o 1º ciclo do PDF Goiás, a empresária Susete Lessa reconhece que o programa tem ajudado sua empresa, Casa Lessa Materiais de Construção, a ser forte, além de fazer o município crescer. “Crixás está em desenvolvimento e isso tem a participação das pessoas locais, da mineradora e do IEL nos trazendo oportunidades.” ■



Um serviço pensado para aumentar a rentabilidade do seu negócio

Apoio **especializado** para acompanhamento dos mercados agrícolas

Cobertura de commodities:

- ◆ Soja (grão, farelo e óleo)
- ◆ Milho
- ◆ Trigo
- ◆ Açúcar
- ◆ Café

- ◆ Acesso Direto ao Consultor (Open Line)
- ◆ Estratégias personalizadas e construção de cenários sob medida
- ◆ Alertas em tempo real (e-mail, whatsapp, SMS ou telefone)
- ◆ Teleconferências
- ◆ Reuniões Presenciais

Solicite uma demonstração gratuita:

www.safras.com.br (51) 3290-9200



■ **MECHAS** / Desenvolvida pela Escola Sesi Sama, a campanha Princesa Solidária mobilizou a população de Minaçu, no Norte de Goiás, a arrecadar cabelos e acessórios para doentes de câncer em tratamento. Sete cabeleireiras revezaram-se para fazer os cortes gratuitamente. O material arrecadado - 178 mechas de cabelos, além de lenços e acessórios - foi entregue pela diretora da escola, Raqueline Dias, à coordenadora dos Voluntários do Hospital Araújo Jorge, em Goiânia, Ângela Machado de Sá Ferreira (foto abaixo). Outra parte foi enviada à instituição Amigas da Mama, em Curitiba, que confecciona e doa perucas.



Alex Marineros



Joice Chagas

■ **MÚSICA NO CANTEIRO DE OBRAS** / Mario Valois (direita), da Dinâmica Engenharia, faz sucesso com o projeto itinerante Sala de Música, instalado no canteiro de obras do Detail Vaca Brava, novo empreendimento da construtora, no Setor Bueno. No espaço, inaugurado dia 19 de outubro, violão, caixa de som, teclado, contrabaixo e bateria eletrônica fazem a alegria dos trabalhadores durante os intervalos de trabalho.



Juliana Cordeiro

■ **MOLHOSE GELEIAS** / O casal Roberta Soares e Daniel Beiro Bendjouya, da fábrica de molhos e geleias Lambuze, expõe portfólio em feira de produtos orgânicos que movimenta manhãs de sábado de point da Alameda Ricardo Paranhos, no Setor Marista, em Goiânia. O negócio surgiu há dois anos, no Jardim América, na capital, e já está presente em 26 pontos de venda. "Nossos temperos têm como diferencial a redução de 30% a 50% de sódio e açúcar em relação às geleias premium", explica Roberta Soares.

Fotos: Paulo Filho



■ **VINÍCOLA** / O recém-lançado licor dourado, mix de vinho branco e licor tradicional, é a novidade da produção de vinhos na Fazenda e Vinícola Jabuticabal, em Hidrolândia. No local, além de 42 mil pés carregados da fruta, as atrações para os visitantes este ano são os barris enormes da vinícola da família, que é aberta à visitação, junto a restaurante anexo. Paulo Antônio Silva (foto), que aprendeu tudo com o pai, Antônio Batista, de 91 anos e fundador da fazenda em 1947, quando plantou os primeiros p s de jabuticaba, agora repassa o conhecimento ao herdeiro, Paulo Filho.



Marcus Camargo

■ **DESIGN** / Desenvolvida em parceria entre o empresário Manoel Paulino (Foto), diretor do Sindm veis, e o arquiteto Leo Romano, a coleção de móveis Para Ser Feliz foi lançada dia 19 de outubro, em Goiânia. São 14 peças inéditas, que unem madeira a resina transparente e estofamento. "O cenário moveleiro goiano deixa de ser apenas consumidor para ser produtor e conquistar o mundo, com as peças de sucesso como as que expomos em Milão", destaca o empresário, também parceiro de Leo Romano em duas coleções anteriores, Chuva e Bailarina.



■ **CABEÇA OCA/** *Parceiro na montagem do figurino do espetáculo Cabeça Oca em Goiânia - O Tesouro Escondido, de Christie Queiroz, o empresário Jeony Abdalla Obeid, da Petrucci Uniformes, levou a filha Maria Fernanda, de 4 anos, à apresentação, uma das atrações do aniversário da capital, em outubro. Desde 2007, a empresa abastece o mercado goiano e também de Brasília.*

■ **EM FORMA/** *O prefeito de Goiânia, Iris Rezende, cruza linha de chegada do Circuito Corrida nos Parques - Etapa Sesi, disputado dia 12 de novembro, sob chuva, com cerca de mil participantes, dos quais 340 trabalhadores da indústria. Aos 83 anos, ele corre 10 km todos os dias.*

Silvio Simões



Alex Malheiros



■ **AOS MESTRES, COM CARINHO! /** *Ex-professores das turmas de 1973 a 1976 da Faculdade Senai Roberto Mange, de Anápolis, receberam placas e certificados de honra ao mérito, concedidos pela Câmara de Vereadores do município, em sessão solene dia 19 de outubro, no auditório da unidade. A homenagem foi proposta pelo vereador Valdete Fernandes, ex-aluno dos cursos de ajustador e de torneiro mecânico do Senai Anápolis.*



■ **HOMENAGEM** / A engenheira de alimentos Christiane Starling, gerente do Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas, a presidente da Fieg, Jovem, Thais Santos, e Cláudio Cardoso, coordenador da Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás (UFG), foram homenageados pela Assembleia Legislativa, em sessão especial, alusiva ao Dia do Engenheiro de Alimentos, comemorado no dia 16 de outubro. Proposta do deputado Lívio Luciano.

■ **ENEM** / Antônio Almeida (Kelps) exhibe publicação de sua editora, o livro História da Música Popular Brasileira para Vestibulares e Enem, dos professores Rainer Sousa e Victor Creti, lançado no Evoé Café com Livros, dia 15 de outubro. A obra reúne grandes manifestações da canção popular no Brasil durante o século 20. "A ideia é arrebatar leitores de todas as idades estudantes da música popular e curiosos sobre o assunto", diz Antônio Almeida.



■ **PIMENTA** / Comemorando 12 anos de criação de sua Pimenta Mendez, de Anápolis, o empresário Rafael Mendes retorna de Miami (EUA), onde participou da inauguração de unidade da rede de restaurantes Coco Bambu, um de seus clientes. O aniversário da indústria foi marcado com o lançamento de novo produto: creme de alho.

SIAEG

ALIMENTO CONFIÁVEL / Lançado oficialmente em evento no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, do governo de Goiás, o Programa Alimento Confiável, criado pelo Sindicato da Indústria da Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg), contemplará, inicialmente 40 empresas goianas com subsídios para os custos com auditorias dentro da iniciativa. A meta é alcançar 500 empresas em dois anos, para adoção de boas práticas de fabricação e controle de riscos de contaminação, visando à excelência na produção, melhoria contínua de processos e segurança dos produtos que chegam ao consumidor. Na foto, o presidente do Siaeg, Sandro Mabel, recebe do governador Marconi Perillo, certificado de reconhecimento pela implantação do programa, em parceria com Sebrae, Federação das Indústrias (Fieg) e governo do Estado.

Silvio Simões



Silvio Simões

SIMELGO

CELEBRAÇÃO / Em noite de homenagens, o Simelgo realizou a 11ª edição da Medalha de Honra ao Mérito Ministro Aquino Porto, no auditório Daniel Viana, na Casa da Indústria. Na foto, o vice e o presidente do sindicato, respectivamente, André Luiz da Silva e Hélio Nunes, e os condecorados Marize de Carvalho Almeida (Hidráulica Brasil), Orisvaldir Pires de Oliveira (Aliança Alumínio), Rafael Vitor Amicucci (Metafer) e Robson Peixoto Braga (Dobraço).



SINDTRIGO

CONGRESSO INTERNACIONAL / O presidente do Sindtrigo, Sérgio Scodro, e os diretores Murilo Rodrigues da Cunha e André Lavor, acompanhados pela diretora executiva do Sindicato das Indústrias de Alimentação, Denise Resende, participaram do Congresso Internacional da Indústria do Trigo, em Campinas (SP), entre os dias 22 e 24 de outubro (foto). Com o tema A Força dos Moinhos, mais de 500 pessoas, entre empresários, técnicos, analistas de mercado, estiveram no evento.

SINDUSCON-GO

CONSTRUIR MAIS / O Sinduscon-GO realizou, dia 13 de novembro, no Teatro Sesi, em Goiânia, a entrega do Construir Mais – 2º Prêmio Sinduscon-GO de Boas Práticas (foto). Conenge Construções e Engenharia, Toctao Engenharia, Agência Goiana de Habitação e Newinc Construtora subiram ao pódio nas categorias Inovação, Saúde e Segurança no Trabalho, Meio Ambiente e Responsabilidade Social, respectivamente. O sindicato ainda conferiu Menção Honrosa ao presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, José Carlos Martins, e à secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves.

Silvio Simões



SINDIFARGO

SUÉCIA E ANÁPOLIS / O presidente executivo do Sindifargo, Marçal Henrique Soares, participou, em outubro, de encontro (foto) com o embaixador da Suécia no Brasil, Per-Arne Hjelmborn. A reunião, na Prefeitura de Anápolis, contou com presença de representantes do Executivo, lideranças do setor produtivo e do meio acadêmico. Em apresentação sobre o setor, ele ressaltou que a cooperação internacional é importante para transferência de conhecimento, tecnologia e inovação.

Cleudson Brito



ALIMENTAÇÃO

MISSÃO PROSPECTIVA / Um grupo de empresários goianos participou da missão prospectiva à Anuga 2017, entre 7 e 11 de outubro, em Colônia, na Alemanha (foto). A feira é considerada uma das maiores e mais conceituadas do mundo no segmento de alimentos e bebidas, este ano com público de cerca de 160 mil visitantes de diversos países. A missão foi coordenada pela Fieg, por meio da Rede Brasileira dos Centros Internacionais de Negócios, com apoio da Apex-Brasil.



SINCAFÉ

EM BUSCA DE NOVOS NEGÓCIOS

O presidente do Sincafé, Jaques Jamil Silvério, também marcou presença na edição deste ano da Anuga. “Nosso objetivo principal foi conhecer e prospectar, in loco, tendências do mercado de café industrializado, prospectar novos negócios, analisar as certificações de produtos orgânicos e Halal e ampliar o networking”, disse. Durante a feira, Silvério conversou com o ministro Blairo Maggi, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (foto), sobre o mercado de cafés especiais.

FIEG REGIONAL

POLO DE DEFESA / A candidatura de Anápolis para sediar um polo de empresas do setor de defesa foi apresentada em setembro ao então presidente em exercício, Rodrigo Maia, durante encontro (foto) no Palácio do Planalto, com participação do presidente da Fieg Regional Anápolis, Wilson de Oliveira (foto), e comitiva liderada pela Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia). Em seguida, a comitiva esteve com o ministro da Defesa, Raul Jungmann, com o mesmo objetivo. Em março do ano que vem, haverá uma feira em Anápolis, com presença de empresas do setor que podem ser atraídas para o polo.



INTEGRAÇÃO / A Fieg Regional Anápolis, representada por Darlan Siqueira, e o Sindifargo, pelo presidente executivo, Marçal Henrique Soares, participaram do programa UniEvangélica Mais Empresários. O objetivo da iniciativa foi promover maior interação entre os setores acadêmico e produtivo, visando parcerias para a busca de inovação e qualidade. O encontro foi capitaneado pelo presidente da AEE e chanceler do Centro Universitário de Anápolis, Emei de Oliveira Pina, e pelo reitor da UniEvangélica, Carlos Hassel Mendes.

LAMPARINA DE DIÓGENES / Símbolo da campanha Eu Sou do Bem, Eu Sou de Deus!, a Lamparina de Diógenes chegou à Fieg Regional Anápolis em setembro, permanecendo na entidade pelo período de uma semana. A campanha é desenvolvida pela sociedade organizada, por meio da ONG Cruzada pela Dignidade, com o objetivo de fortalecer a instituição da família e incentivar as pessoas a praticarem o bem.

SIFAEG

RENOVABIO / A 17ª Conferência Internacional Datagro sobre Açúcar e Etanol, encerrada no dia 7 de novembro, em São Paulo (SP), entre outros temas, discutiu o RenovaBio, programa que trata da expansão da produção de biocombustíveis no País, com foco no abastecimento doméstico, geração de excedentes para exportação e redução das emissões de gases de efeito estufa na matriz de transportes. André Rocha, presidente-executivo do Sifaeg e presidente do Fórum Nacional Sucoenergético, participou do evento e ressalta que o programa, ainda em negociação no governo federal, precisa ser ganhar status de política de Estado, para que o Brasil possa avançar em sua trajetória de liderança no cenário mundial de biocombustíveis.



SIGEGO

CONSULTORIAS / Numa iniciativa do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego), o consultor da Organização das Nações Unidas para a indústria gráfica na América Latina, Sylvio Araújo Netto (foto), um dos maiores especialistas em sua área, realizou em Goiânia série de visitas técnicas e de treinamentos a indústrias do setor durante o mês de outubro.



ASSEMBLEIA/ O empresário Antônio Almeida, presidente do Sigego e da Abigraf-GO, participou em outubro, em Curitiba, da 26ª Assembleia da Abigraf Nacional. Em sua apresentação, Almeida abordou o tema Perspectivas para a Indústria Gráfica da Região Centro-Oeste.

SICMA

SECONCI ANÁPOLIS AVANÇA / A diretoria do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis deu mais um importante passo rumo à implantação, no município, do Serviço Social da Indústria da Construção Civil (Seconci). Em reunião ocorrida em setembro, foi debatido e deliberado sobre o estatuto da entidade, bem como a estruturação da diretoria, do conselho consultivo e do conselho fiscal. Para o presidente do Sicma, Anastácios Apostolos Dagios, o Seconci Anápolis será uma grande conquista para empresas e trabalhadores do setor. Em princípio, a proposta é oferecer atendimento médico e odontológico e, ao longo do tempo, aumentar o portfólio de serviços e benefícios.

PROJETO INOVADOR / O Sicma e a Terceira Regional da Polícia Civil desenvolvem parceria para a construção de uma moderna sede destinada a abrigar as delegacias especializadas com perfil de atendimento regional (ilustração). O projeto é executado pela empresa Tijoleko - Tijolos e Revestimentos Ecológicos, juntamente com o curso de Tecnologia da Construção Social da Faculdade Metropolitana de Anápolis (Fama). O delegado regional Fábio Vilela e o arquiteto Luiz Antônio Oliveira Rosa, diretor da Tijoleko e do Sicma, apresentaram o projeto em reunião com empresários na Associação Comercial e Industrial de Anápolis. O lançamento oficial ocorreu no dia 19 de outubro, no auditório do Senac.



SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1121 - Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria - Goiânia-GO, CEP: 74645-230

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás

Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
sinprocimento@gmail.com

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás

Presidente: Alyson Jose Nogueira
Telefone (62) 3224-0121/ 3224-0012
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás

Presidente: Gilberto Martins da Costa
Fone/Fax: (62) 3224-8688
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás

Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
Sindcel.go@gmail.com

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás

Presidente: Daniel Viana

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás

Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás

Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINCAL

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás, Tocantins e DF

Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax: (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins

Presidente: José Magno Pato
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarn@terra.com.br

SINDCURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás

Presidente: Emílio Carlos Bittar
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindcurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás

Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás

Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
Fone: (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás

Presidente: Bruno Franco Beraldi Coelho
Fone: (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDIPAO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás

Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 98422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás

Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 3225-9889
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás

Presidente: Jaques Jamil Silvério
Fone: (62) 3212-7473 - Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás

Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax: (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF

Presidente: Flávio Santana Rassi
Fone/Fax: (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG-DF

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal

Presidente: Domingos Sávio G. Oliveira
Fone: (62) 3212-6092 - Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás

Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone: (62) 3223-6515 - Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás

Presidente: Hélio Nunes
simelgo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás

Presidente: Jair José de Alcântara
Fone: (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás

Presidente: Enoque Pimentel do Nascimento
Fone/Fax: (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste

Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3223-9703
sindtrigo@gmail.com

OUTROS ENDEREÇOS

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano

Presidente: Heitor de Oliveira Nato Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás

Presidente: Carlos Alberto de Paula Moura Júnior
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3095-5155
contato@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia

Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045
sifaeg@terra.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás

Presidente: Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno
CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3324-3691
siagoarroz@hotmail.com

SINDICATOS/ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO - CEP 75113-630
Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3324-5997
fieg.regional@sistemafieg.org.br

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis

Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis

Presidente: Anastácios Apostolos Dagios
sicma@sistemafieg.org.br

SINDICERGO

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás

Presidente: Laerte Simão
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis

Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás

Presidente: Heribaldo Egidio
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis

Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.



Um empresário preparado faz o diferencial

EDUCAÇÃO EMPRESARIAL IEL

- Presencial
- In Company
- MBA

Com o IEL, você se prepara e se torna um líder para o mercado.

O IEL oferece capacitação de excelência dentro dos mais modernos conceitos e práticas de gestão.



FAÇA SUA
INDÚSTRIA MELHOR.
FAÇA SEU SETOR
MAIS FORTE.

FAÇA

PARTE

Se você tem um objetivo, unir-se com pessoas que também acreditam nele é fundamental. Os sindicatos empresariais existem para unir pessoas que acreditam na indústria e na sua importância para o país.

Junto a outros empresários, você pode fazer a diferença!

Acesse industriaforte.com.br e saiba mais.



/cnibrasil



/cni_br



/cnibr



/cnibweb



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA